

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas  
com a agricultura**

**Período de Análise: 01 a 30 de Novembro de 2007**

**Área Temática: Relações Internacionais**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Novembro de 2007

## Índice

<b>Amorim acusa EUA e UE de terem feito novo acordo</b> - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 01/11/2007.....	6
<b>Negociação sobre agricultura é adiada de novo</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – 03/11/2007.....	7
<b>Doha: negociação agrícola emperra</b> – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 04/11/2007.....	7
<b>Amorim prevê "progresso" em Doha até o fim do ano</b> - Rafael Rosas – Valor Econômico – Brasil - 06/11/2007.....	7
<b>Parecer de Maluf será pró-adesão da Venezuela</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 07/11/2007.....	8
<b>A Comunidade Ibero-Americana</b> – Luiz Inácio Lula da Silva – Folha de São Paulo – Opinião – 09/11/2007.....	8
<b>Brasil pede painel contra EUA na OMC</b> – Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 09/11/2007.....	10
<b>Chávez propõe sociedade a Lula na "Petroamazônia"</b> – Rodrigo Röttsch – Folha de São Paulo – Brasil – 10/11/2007.....	11
<b>Prorrogação na OMC</b> – Roberto Rodrigues – Folha de São Paulo – Dinheiro – 10/11/2007.....	12
<b>Aposentadorias preocupam tribunais do Mercosul</b> – O Globo – O País – 10/11/2007..	14
<b>E a China diz não a Doha</b> - Alberto Tamer – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 11/11/2007.....	14
<b>Secretário da ONU visita usina de etanol</b> – Estado de São Paulo – Internacional – 11/11/2007.....	16
<b>Brasil precisa ampliar base de apoio, afirma secretário da ONU</b> – Sérgio Dávila – Entrevista com Ban Ki-Moon – Folha de São Paulo – Brasil – 11/11/2007.....	17
<b>Recauchutados azedam bom clima no Mercosul</b> – Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 12/11/2007.....	18
<b>CCJ da Câmara adia a votação sobre a Venezuela no Mercosul</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 14/11/2007.....	20

<b>Relatório de Maluf aprova Venezuela no Mercosul</b> - Thiago Vitale Jayme – Valor Econômico – Brasil - 14/11/2007 .....	20
<b>Brasil endurece discurso na OMC</b> - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 15/11/2007 .....	21
<b>País vai ensinar como iniciar disputa comercial</b> - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 15/11/2007 .....	23
<b>Segunda Quinzena</b>	
<b>Agricultura é o centro de Doha, diz Amorim</b> - Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 16/11/2007 .....	23
<b>Para estrangeiros, ministro estaria de olho na OMC</b> - Jamil Chade – estado de São Paulo – Economia & Negócios – 16/11/2007 .....	25
<b>Brasil e outras 90 nações cobram definição dos EUA</b> - Jamil Chade – estado de São Paulo – Economia & Negócios – 16/11/2007 .....	26
<b>Lamy aprova reivindicações de Brasil e Índia</b> - Gina Marques – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 16/11/2007 .....	27
<b>Chanceler brasileiro defende entrada da Venezuela no Mercosul</b> - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Internacional – 16/11/2007 .....	27
<b>Amorim denuncia complô de países ricos para dividir emergentes</b> - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia & Negócios – 16/11/2007 .....	28
<b>Conclusão das negociações depende do Congresso dos EUA</b> – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 16/11/2007 .....	30
<b>Doha faz seis anos e não há nada a comemorar</b> – Valor econômico – Brasil - 16/11/2007 .....	31
<b>Pesquisador diz que há pressão para mudança</b> – O Globo – O País – 17/11/2007 .....	32
<b>Câmara debate Chávez no Mercosul</b> - Denise Madueño – Estado de São Paulo – Nacional – 18/11/2007 .....	32
<b>Presidente critica subsídios agrícolas</b> - Leonencio Nossa – Estado de São Paulo – Nacional – 20/11/2007 .....	35
<b>Um risco para o Mercosul</b> – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 21/11/2007..	36

<b>Proposta de queda de subsídios na Europa gera polêmica</b> – Valor Econômico – Agronegócios - 21/11/2007 .....	37
<b>A todo risco</b> – O Globo – Opinião – 22/11/2007 .....	38
<b>Comissão da Câmara aprova ingresso da Venezuela no Mercosul</b> - Denise Madueño e Rosa Costa – Estado de São Paulo – Nacional – 22/11/2007.....	39
<b>Comissão aceita Venezuela no Mercosul</b> – O Globo – Capa – 22/11/2007.....	41
<b>Comissão aprova adesão da Venezuela ao Mercosul</b> – Eliane Oliveira - O Globo – Economia – 22/11/2007.....	41
<b>Importação de alimento deve bater recorde, afirma FAO</b> – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 22/11/2007.....	42
<b>Argentina propõe que Mercosul taxe a exportação agrícola</b> - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 22/11/2007.....	44
<b>Ministério da Agricultura avalia que taxaço é um erro</b> - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Brasil - 22/11/2007.....	45
<b>Governo prevê luta por adesão da Venezuela</b> - Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 23/11/2007 .....	45
<b>'Concorda com ingresso da Venezuela no Mercosul?'</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 23/11/2007.....	46
<b>Chávez agradece a Lula por CCJ aprovar país no Mercosul</b> – Fabiano Maisonnave – Folha de São Paulo – Brasil – 24/11/2007 .....	48
<b>Venezuela não segue normas para Mercosul</b> – O Globo – Capa – 24/11/2007.....	49
<b>Mercosul: impasse técnico com Chávez</b> - Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 24/11/2007 .....	49
<b>Por que um banco do sul não é uma boa idéia</b> - Jairo Saddi – Valor Econômico – Opinião - 25/11/2007.....	50
<b>Árvore transgênica acelera absorção de poluentes do solo</b> - Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 25/11/2007.....	52
<b>Mercosul deve ter acordo com Israel</b> - Ariel Palacios – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 26/11/2007 .....	53

<b>Mercosul pode assinar em 2008 acordo de livre comércio com Israel</b> - Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 26/11/2007.....	54
<b>'Venezuela entra no Mercosul'</b> – Janes Rocha – Valor Econômico – Internacional - 26/11/2007 .....	55
<b>OMC retoma investigação sobre subsídios</b> - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 28/11/2007 .....	56
<b>Alba é debatida em plenária da Via Campesina Brasil</b> – Sítio Eletrônico do MST – 29/11/2007 .....	56
<b>Fracassa acordo entre Israel e Mercosul</b> - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 30/11/2007.....	57
<b>Muy amigos...</b> – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 30/11/2007 .....	58
<b>Cassel participa de Encontro do Mercosul</b> – Sítio Eletrônico do MDA – 30/11/2007....	59

**Amorim acusa EUA e UE de terem feito novo acordo - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 01/11/2007**

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, acusou ontem os Estados Unidos e a União Européia (UE) de terem feito "de novo" um acordo entre eles para cortar menos subsídios e tarifas agrícolas, enquanto exige ambiciosos cortes industriais nos países em desenvolvimento na Rodada Doha. Amorim deixou claro que desta vez a suspeita não é só do Brasil, como ocorreu no rastro da reunião de Potsdam, e sim também dentro do G-20, o grupo coordenado pelo país e que ele reuniu por três horas ontem em Genebra.

"Há uma preocupação de que de novo os EUA e a UE encontraram algum tipo de acomodação mútua de suas sensibilidades, no qual abandonam objetivos mais ambiciosos em questões que são difíceis para eles, e concentram então todos seus esforços em áreas nas quais os países em desenvolvimento podem ficar amarrados", afirmou.

O ministro voltou ao ataque para contrapor-se à influência dos países ricos nos textos agrícola e industrial que podem, ou não, conduzir a algum acordo na rodada. "Quando eles sussurram, isso ecoa forte dentro da OMC. Quando nós gritamos, ouvem (na OMC) como se fosse um murmúrio. Isso já mudou, mas precisa mudar mais", afirmou.

A suspeita é de um acordo pelo qual os Estados Unidos limitariam seus subsídios domésticos que mais distorcem o comércio só a US\$ 14,5 bilhões - quando o Brasil e o G-20 insistem no corte em volta de US\$ 13 bilhões.

Segundo negociadores, a UE já deixou claro que, se o montante exigido dos americanos for menor, Bruxelas teria que cortar também ainda mais seus próprios subsídios e isso exigiria uma nova reforma da Política Agrícola Comum (PAC).

Além disso, na área de acesso ao mercado, os brasileiros suspeitam que os americanos se entenderam já com os europeus para obter as cotas agrícolas (com tarifa menor) que acomodam suas exportações. A preocupação manifestada por Washington sempre foi de que o Brasil acabasse pegando o grosso das cotas para carnes, por exemplo, diante da competitividade do país. Os volumes devem ser globais, para todos os países da OMC, mas arranjos técnicos acabam favorecendo um ou outro país.

Com esse suposto acordo entre eles, os EUA e a UE se concentram na demanda por abertura agrícola em países como Índia e China, e industrial no Brasil, África do Sul, Argentina e Índia.

Amorim insistiu que um acordo na OMC levará o Brasil a cortar em termos reais ampla parte das tarifas nas importações industriais. E confirmou que o país prepara uma oferta melhor no setor de serviços. "Queremos negociar, mas tem de ser um acordo justo", insistiu. Em entrevista à imprensa internacional, reiterou que o Mercosul precisa de mais flexibilidade para produtos industriais. Por sua vez, os EUA reclamaram: para cortar menos em 16% das tarifas, como querem Brasil e Argentina, significa na verdade proteger 20% do volume das importações industriais, e consideram isso inaceitável.

**Negociação sobre agricultura é adiada de novo** – Folha de São Paulo – Dinheiro – 03/11/2007

DA EFE - As negociações no setor agrícola da Rodada Doha foram adiadas de novo por pelo menos duas semanas para maior ajuste de posições, decidiram ontem os negociadores em plenário.

"Estamos progredindo, as delegações estão trabalhando muito duro, as pessoas estão sendo mais honestas, a sensação é de que se está tentando de verdade", disse o principal negociador de agricultura e embaixador neozelandês, Crawford Falconer. Ele não especificou quando a nova proposta pode estar pronta, mas disse que será ainda neste ano e convocou uma plenária para o dia 14 para continuar as negociações.

**Doha: negociação agrícola emperra** – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 04/11/2007

As negociações no setor agrícola da Rodada de Doha foram adiadas de novo por pelo menos duas semanas. 'Estamos progredindo. A sensação é de que se está tentando de verdade', disse o principal negociador de agricultura e embaixador neozelandês, Crawford Falconer. Um dos aspectos que emperram as negociações são os produtos especiais, matérias sensíveis que deveriam ficar isentas do acordo geral sobre redução de tarifas. Os países não conseguem entrar em acordo sobre qual percentual de produtos deve ser considerado sensível, e quais têm direito a essa exceção.

**Amorim prevê "progresso" em Doha até o fim do ano** - Rafael Rosas – Valor Econômico – Brasil - 06/11/2007

O governo brasileiro mostra-se otimista em relação ao andamento da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, disse ontem que é possível um "progresso considerável" nas negociações antes do fim do ano, mas ponderou que os principais avanços têm de ser norteados por concessões de Estados Unidos e União Européia.

Amorim, que participou da abertura da 2 Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional, no Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro, afirmou que, mesmo que a Rodada Doha não seja concluída este ano, chegará a bom termo dentro de um ano ou um ano e meio. "Estamos muito próximos e falta um pouquinho de vontade política para chegarmos até o resultado final."

O ministro ponderou que os países em desenvolvimento não podem aceitar que todas as "sensibilidades" dos países desenvolvidos sejam levadas em conta, enquanto as necessidades dos países em desenvolvimento não são consideradas na mesma proporção. Amorim recorreu a um esquema criado pelo diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, que defende a solução de problemas ligados aos três vértices de um "triângulo" básico: subsídios agrícolas, acesso a mercados agrícolas e produtos industriais. "O triângulo não

pode ser equilátero, tem que ser isósceles, e os dois lados maiores têm que ser da União Européia e dos Estados Unidos. Essa é a proporcionalidade que procuramos", afirmou.

Amorim disse que há condições de se chegar a bons acordos sobre os "vértices" do triângulo. Para ele, os EUA já fizeram avanços na questão dos subsídios agrícolas. Já os europeus precisam avançar na questão do acesso a mercados agrícolas. " Para o ministro, as eleições presidenciais de 2008 nos EUA podem ser elemento de aceleração nas negociações, podendo ter papel importante no desfecho da Rodada Doha. Para Amorim, o que deve ser evitado é a leitura de que a corrida presidencial americana deve ser encarada como motivo para que os países façam "concessões a qualquer preço".

#### **Parecer de Maluf será pró-adesão da Venezuela – Folha de São Paulo – Brasil – 07/11/2007**

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA - O deputado Paulo Maluf (PP-SP) apresentará parecer favorável à adesão da Venezuela ao Mercosul hoje na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. "Constitucionalmente, não há como arquivar esse acordo", afirmou Maluf. A votação pela CCJ é a segunda etapa da tramitação do protocolo de adesão na Casa. Se for aprovada na Câmara, a adesão da Venezuela ao Mercosul ainda precisa ser votada pelo Senado brasileiro.

#### **A Comunidade Ibero-Americana – Luiz Inácio Lula da Silva – Folha de São Paulo – Opinião – 09/11/2007**

##### **Somos favoráveis a uma aliança estratégica global na produção de fontes renováveis de energia, limpas e acessíveis**

OS CHEFES de Estado e de governo ibero-americanos se reunirão em Santiago (Chile) para aprofundar o debate e avançar propostas sobre tema de grande atualidade: o papel das políticas públicas no fomento da coesão social. Num mundo onde a lógica dos mercados globalizados e a velocidade das transformações tecnológicas questionam a eficácia de políticas públicas, é preciso reafirmar o compromisso de nossa comunidade com os valores da solidariedade e do bem-estar coletivo.

A experiência amarga dos anos 80-90 deixou uma lição dura, porém fundamental. Desemprego, pobreza, disparidades econômicas e sociais requerem, sem dúvida, respostas economicamente consistentes. Mas as soluções precisam ser socialmente justas. Só um Estado democrático pode articular essas duas dimensões.

Esse tem sido o desafio da Comunidade Ibero-Americana. Na América do Sul, vivemos a consolidação de nossas democracias, com a crescente participação de segmentos historicamente marginalizados que demandam urgentes ações governamentais que atendam suas reivindicações.



A resposta do governo brasileiro combina estratégias que muitas consideravam incompatíveis. Estamos acelerando o crescimento com medidas de distribuição de renda e geradoras de inclusão, mas sem renunciar a uma conduta macroeconômica responsável. Ao consolidar uma ampla rede de proteção social para os mais vulneráveis, estamos formando novos cidadãos e consumidores.

Os resultados são auspiciosos: crescimento sólido, inflação baixa, expansão do mercado interno com aumento do consumo popular e do crédito, ampliação do emprego e da renda dos trabalhadores e redução da pobreza e das desigualdades. O programa Bolsa Família beneficia 11 milhões de famílias, mas, além de combater a miséria, garante, como contrapartida, a frequência escolar, a vacinação infantil e o acompanhamento pré-natal. O acesso à educação e à saúde abre perspectivas para a construção de vidas dignas e produtivas.

Por essa razão, meu governo está empenhado em assegurar educação pública de acesso universal e bom nível. Essa é uma ferramenta crucial para dar igualdade de oportunidades e criar chances de ascensão social. Queremos valorizar os professores, melhorar sua formação e aumentar seus salários. Por isso, estamos construindo mais e melhores escolas, sobretudo técnicas.

Estamos cientes de que o Estado, sozinho, não pode superar os problemas de uma marginalização arraigada. Essa tarefa requer parceria com diferentes setores da sociedade civil: empresas, sindicatos, ONGs, universidades e igrejas. Na esfera internacional também: esforços nacionais precisam ser complementados por ações e metas globais.

É preciso um novo paradigma que reconheça não haver "paz sustentável" sem garantia de empregos, oportunidades de desenvolvimento e confiança no futuro para todos, sobretudo os mais pobres. Somente assim encontraremos respostas às verdadeiras ameaças globais - a pobreza extrema, a violência, os extremismos, a mudança climática.

Poderíamos começar essa parceria pelo desafio da segurança energética. Somos favoráveis a uma aliança estratégica global na produção de fontes renováveis de energia, limpas e acessíveis. Os biocombustíveis têm forte impacto social, geram empregos, criam renda e evitam o empobrecimento rural e a urbanização desordenada. Em um mundo preocupado com a degradação ambiental e os altos preços do petróleo, podemos reduzir emissões de gases poluentes e a dependência de combustíveis fósseis importados. Teremos uma equação energética mais democrática, que beneficiará agricultores em um grande número de regiões pobres.

A promessa do etanol e do biodiesel só se realizará num ambiente internacional livre do protecionismo. O comércio internacional tem todas as condições de ser um fator de distribuição mais equitativa da renda mundial e da inclusão social. E é por isso que o Brasil e seus parceiros do G20 apostam na Rodada Doha da OMC.

Desmontando os subsídios agrícolas que distorcem o comércio, criaremos oportunidades para milhões de trabalhadores rurais se transformarem em fazendeiros prósperos.

Por meio da Ação Internacional contra a Fome e a Pobreza, estamos promovendo mecanismos financeiros inovadores de financiamento ao desenvolvimento -resultado dela, a Central de Medicamentos ajudará a enfrentar a Aids, a malária e a tuberculose nos países pobres.

Um mundo mais próspero, justo e solidário dependerá das ações que tomarmos hoje, na esfera nacional ou por meio da concertação multilateral.

É isso que a Comunidade Ibero-Americana está fazendo. E é isso que o mundo espera de nós.

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**, 61, é o presidente da República Federativa do Brasil.

**Brasil pede painel contra EUA na OMC** – Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 09/11/2007

Governo questiona subsídios de Washington a agricultores americanos

**BRASÍLIA.**

O governo brasileiro pediu ontem ao Órgão de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC) o estabelecimento de um painel (comitê de arbitragem) para examinar os subsídios concedidos pelos Estados Unidos aos seus produtores agrícolas entre 1999 e 2005. No entendimento dos diplomatas envolvidos na ação, os EUA teriam excedido o limite de subvenções anuais estabelecido pela OMC, de cerca de US\$ 19 bilhões.

“A iniciativa brasileira reflete o interesse do país, na condição de grande produtor e exportador agrícola mundial, em assegurar a adequada aplicação e a interpretação das regras multilaterais sobre o comércio agrícola”, diz a nota divulgada pelo Itamaraty.

A investida do Brasil contra os subsídios americanos foi motivada pelos canadenses, que já haviam anunciado que pediriam um painel — o que ocorreu ontem. Os dois países decidiram coordenar suas posições para fortalecer a causa.

Segundo o Ministério das Relações Exteriores, o Brasil iniciou consultas com os americanos em agosto. Os argumentos apresentados pelos EUA, no entanto, não convenceram o governo brasileiro, que decidiu entrar com a ação na OMC.

Os pedidos brasileiro e canadense deverão ser analisados pelo Órgão de Solução de Controvérsias em reunião agendada para o próximo dia 19. Caso os EUA apresentem alguma objeção, o painel será automaticamente estabelecido na reunião seguinte, que acontecerá em dezembro.

(Eliane Oliveira)

**Venezuelano diz que descoberta da Petrobras pode levar Brasil a entrar na Opep - O assessor da Presidência Marco Aurélio Garcia afirma que descoberta de petróleo não fará o Brasil abandonar política de biocombustíveis**

O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, disse ontem ao seu colega Luiz Inácio Lula da Silva que as descobertas de novas reservas no Brasil o transformaram em um "magnata petroleiro" e propôs a criação de uma "Petroamazônia" unindo as petroleiras de ambos países. As declarações foram feitas na 17ª Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e Governo, em Santiago do Chile, que acaba hoje. Lula não respondeu aos comentários, porque, por falta de tempo, não fez o discurso que tinha previsto.

Em seu discurso de pouco mais de 20 minutos, Chávez abordou quatro vezes a descoberta da Petrobras. A primeira foi quando falava do tema da cúpula -coesão social: "Podia haver um caminho muito coeso [para a Ibero-América], de terra, de asfalto e desse petróleo que o Brasil acaba de conseguir, tomara que seja verdade. Que pode permitir ao Brasil entrar na Opep [Organização dos Países Exportadores de Petróleo]".

Depois disse que a Venezuela está formando a "Petroamérica" com países da região, e agregou: "Com o Lula, agora que tem tanto petróleo, podemos fazer uma Petroamazônia". Em seguida, afirmou que "Lula está muito feliz" porque o "petróleo agora está a US\$ 100 [o barril]". Por fim, propôs que Brasil e Venezuela vendessem petróleo mais barato a países necessitados: "Lula, agora que você é um magnata petroleiro, temos que nos unir para ajudar aos países que não têm tanto petróleo, vender mais barato".

O presidente brasileiro riu das brincadeiras do venezuelano. A insistência de Chávez com o tema mostrou um certo tom de preocupação com a concorrência do Brasil no campo energético, maior trunfo do venezuelano para exercer sua liderança sobre países da região.

**Sem inveja** - O assessor especial para Assuntos Internacionais de Lula, Marco Aurélio Garcia, negou que as declarações de Chávez mostrem despeito pela descoberta brasileira. "Como Chávez vai ter inveja se a Venezuela é o único grande produtor petroleiro na região?", questionou.

"Eu conversei com o Chávez há pouco e ele disse: "Isso para nós é ótimo. Nós vamos dar muito mais força à América do Sul". E ainda brincou: "Eu vou propor na semana que vem, na próxima reunião da Opep na Arábia Saudita, o ingresso do Brasil". É bobagem, porque nós antes vamos ter que extrair esse petróleo", afirmou.

Marco Aurélio disse que a proposta da Petroamazônia não significa a criação de uma só empresa unindo a Petrobras e a venezuelana Pdvsa. "Antes disso já havia uma outra proposta, que associava a Enarsa (Argentina), Petrobras e a Pdvsa na chamada Petrosur. A idéia não é formar uma só companhia, de maneira nenhuma.

Em realidade não precisaria propor uma Petroamazônia, até porque o petróleo não é na Amazônia. A Petrosur é muito mais uma espécie de acordo petroleiro entre os três países."

Sobre a venda de petróleo mais barato à região, disse que isso "não está em discussão".

Segundo Marco Aurélio, o novo petróleo encontrado é importante não só pela sua quantidade, mas pela qualidade. "Nós vamos ter um petróleo de altíssima qualidade. Um petróleo tipo Arábia Saudita, tipo Líbia. Evidentemente é um trunfo econômico muito grande." Marco Aurélio afirmou que a descoberta de mais petróleo não fará o Brasil abandonar o desenvolvimento de biocombustíveis. "Não vamos abandonar nosso programa de biocombustíveis, muito pelo contrário, vamos aprofundá-lo.

Posso contar uma piada. O Chávez me disse: "Agora vamos produzir biocombustíveis na Venezuela, se vocês estão produzindo tanto petróleo"."

**Prorrogação na OMC** – Roberto Rodrigues – Folha de São Paulo – Dinheiro – 10/11/2007

### **Se o jogo de Doha for prorrogado, teremos de melhorar ainda mais nossa competitividade**

ENQUANTO as reportagens publicadas mundo afora indicam impasses para acabarem ainda neste ano as negociações da Rodada Doha, o agronegócio brasileiro -com todas as crises recentes e o endividamento atual- segue batendo recordes de exportação. Não deixa de ser uma contradição: afinal, a rodada tem o objetivo explícito e prioritário de liberar o mercado agrícola mundial, de maneira a permitir o crescimento dos países em desenvolvimento.

Em 2000, o agronegócio brasileiro exportou US\$ 20,6 bilhões. Em 2006, o valor foi de US\$ 49,4 bilhões, um salto de 140%! No primeiro semestre de 2007, as exportações cresceram 25% em relação ao mesmo período do ano passado, permitindo sonhar com um volume próximo de US\$ 60 bilhões até o final do ano.

Nos últimos seis anos, o crescimento médio anual foi de 15,7%, quase o dobro do aumento do comércio agrícola mundial. Com isso, já representamos hoje cerca de 5,7% de todo o mercado agrícola planetário, muito mais que os 3% do final da década passada. Alguns produtos tiveram desempenho simplesmente espetacular: as exportações das carnes (bovina, de frango e suína) cresceram 341,5% nos últimos seis anos; o complexo sucroalcooleiro aumentou as exportações em 529,8%; cereais e farelos cresceram 1.023%; lácteos, 985%, e animais vivos (principalmente gado em pé), 1.473%.

Também os produtos florestais (celulose e madeira) tiveram grande aumento, bem como couro e seus derivados, algodão, café torrado e moído, frutas e sucos.

Outro dado impressionante é a diversificação dos mercados compradores: hoje, exportamos para muitos países onde antes não éramos conhecidos. Em 2006, além de União Européia e Estados Unidos, que são os nossos principais compradores, crescemos muito na China, na Rússia e no Irã. Esses cinco mercados, somados, representam 60% do crescimento dos últimos seis anos.

A participação dos países em desenvolvimento aumentou no período, de 33,9% para 49,1%, enquanto a participação dos países desenvolvidos baixou, em termos relativos, de 66,1% para 50,9%.

O crescimento médio anual para a Ásia foi de 27,5%; para o Oriente Médio, de 27,8%; para a África, de 33,2%; e, para a Europa Oriental, de 36%. Todas essas médias são superiores à média geral de 15,7% ao ano.

Isso é muito relevante, porque reduz a dependência de mercados tradicionais e oferece alternativas sólidas para o futuro.

Três produtos -carnes, açúcar e soja- representaram 75% do crescimento das exportações para os países em desenvolvimento nestes seis anos.

E o álcool vem se apresentando como um produto cujo mercado potencial é difícil de mensurar. Só a Flórida, cujo governador esteve nesta semana no Brasil para discutir o tema (entre outros), consome tanta gasolina quanto o Brasil todo. E o álcool de milho produzido em Iowa chega à Flórida mais caro por terra do que o produto brasileiro, por mar.

Isso sem falar na Ásia, na Europa e em outros Estados americanos. Na verdade, portanto, o crescimento brasileiro nos mercados globais se deveu muito mais à grande capacidade de nossos produtores do que de qualquer acordo comercial.

Mas, se o jogo de Doha não acabar neste ano, precisaremos engraxar as canelas para a prorrogação que fatalmente virá. E isso implica melhorar ainda mais a nossa competitividade, além de fazer promoção comercial pelo mundo afora.

**ROBERTO RODRIGUES**, 65, coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (Fundação Getúlio Vargas), presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp e professor do Departamento de Economia Rural da Unesp - Jaboticabal, foi ministro da Agricultura. Escreve aos sábados, a cada 15 dias, nesta coluna.

### **Aposentadorias preocupam tribunais do Mercosul – O Globo – O País – 10/11/2007**

BRASÍLIA. Reunidos no 5o Encontro de Cortes Supremas do Mercosul, em Brasília, juízes do bloco anunciaram ontem a criação de um banco de dados que reúne a jurisprudência dos Supremos Tribunais dos países. O banco de dados, que será consultado pela internet, poderá facilitar a unificação das decisões judiciais em casos polêmicos, como questões previdenciárias. — Com isso, estamos preparando os Judiciários para que, no futuro, quando houver muitas pessoas pedindo aposentadoria no Mercosul, haja uma compreensão maior sobre o tema — explicou a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Ellen Gracie Nor thfleet.

Oito mil brasileiros que mantiveram empregos nos países do bloco ao longo da vida estão hoje aposentados. A conquista desses trabalhadores é fruto de um acordo que vigora desde 2005 nas quatro nações. O tratado permite que o tempo de contribuição previdenciária de quem trabalhou em mais de um país do Mercosul seja somado para fins de aposentadoria. Atualmente, cerca de 700 mil brasileiros que residem nos outros três países do bloco poderão se beneficiar desse acordo.

Os números foram revelados pelo secretário de Políticas de Previdência Social, Helmut Schwarzer, um dos palestrantes do evento. Ele anunciou que, até o fim do ano, será disponibilizado aos países do mercado comum do Cone Sul uma rede eletrônica com dados de contribuintes dos quatro países para facilitar a concessão dos benefícios a estrangeiros pelos institutos de previdência.

### **E a China diz não a Doha - Alberto Tamer – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 11/11/2007**

Mais um abalo, e dos fortes, nas negociações sobre a liberalização do comércio mundial. Na semana passada, a China saiu do seu silêncio estratégico na Organização Mundial de Comércio (OMC)- disse que não abre o país para importações de produtos industriais e vetará qualquer acordo que venha a sair nas negociações de Doha.

Os chineses ficaram calados todos estes anos, desde que aderiram à OMC, em 2002. Um verdadeiro teste de paciência oriental, pois foram mais de 100 reuniões em que só ouviam e não falavam nada. Só se manifestaram quando os EUA e a Europa entraram com ações ou reclamaram contra a sua política comercial unilateral, que gera superávits crescentes, e a pirataria declarada que domina o país.

**SEM CHINA, SEM DOHA -** O que poderá acontecer se os chineses mantiverem essa linha? E vão manter, pois não têm nada a perder, já que o mundo continua sedento pelos seus produtos baratos e precisa continuar exportando quantidades enormes de produtos agrícolas para saciar a fome de 1,3 bilhão de habitantes.

Pode acontecer de não haver acordo de Doha nenhum, o que, de fato, pode surpreender só o Brasil, que continua se afastando de acordos bilaterais ou acordos isolados sobre alguns produtos, acreditando no sonho de Doha, que já dura seis anos, embalado por reuniões sucessivas em capitais exóticas.

**QUEM PERDE** - Os subsídios e o protecionismo continuarão se acirrando. Os mais prejudicados serão os países emergentes e em desenvolvimento, que, tendo um mercado interno limitado, dependem da exportação, principalmente de produtos agrícolas, para crescer. Entre eles, o Brasil, onde o setor primário continua sustentando as vendas externas e - por que não dizê-lo? - a economia nacional.

**CHINA IMUNE** - Pelas regras da OMC, todos os 151 países precisam dar sua aprovação para que haja um acordo, mesmo que esse veto, na prática, seja de difícil implementação. Mas o conceito de unanimidade é indiscutível. Geralmente, quando um país menor, por exemplo, Guatemala ou Benin, ameaça com veto, sofre pressões para que o retire, sob ameaça de suspensão de investimentos e redução unilateral do comércio. Sempre cede. E até mesmo países maiores, como o Brasil e a Argentina, teriam pouca condição de resistir pois são economias ainda em desenvolvimento que dependem do mercado externo.

**CHINA DITA AS REGRAS** - Mas isso não acontece com a China. Ela não precisa atrair investimentos, que tem até demais, a ponto de tornarem-se incômodos e inflacionários, ou forçar suas exportações, pois já conquistou mercados com os seus preços subsidiados.

A sua negação em alterar a taxa de câmbio, mesmo diante dos clamores e dos ataques dos EUA e da Europa, mostra que ela faz o que quer porque tem condições para isso da torre de seus US\$ 1,4 trilhão de reservas, do crescimento de 11,3% e do afluxo constante de investimentos externos da ordem de US\$ 70 trilhões por ano.

Para países como o Brasil, que já estão sentido de cheio a concorrência da invasão chinesa, a situação é ainda pior. Não há barreira comercial que adiante ou forma de competição que ajude com o nosso câmbio e nosso juro.

**EUROPA ENDURECE** - A União Européia já deixou clara a sua posição. Afirmou textualmente que não aceitará que “um dos maiores ganhadores da Rodada Doha (a China) ganhe um presente dos demais países” ou vete o acordo. “Curiosamente, isso acabaria beneficiando a China, pois implicaria o fracasso de Doha, exatamente como os chineses querem. E, de novo - por que não dizê-lo? -, os americanos e os europeus também.”

**EUA-EUROPA SE DESENTENDEM** - Nesta semana, os dois blocos do Atlântico decidiram suspender negociações bilaterais para um acerto sobre reduções tarifárias. Informaram que os desacordos não foram superados e levarão a posições distintas à OMC. Mais uma vez, tudo sorri para a China e se fecha para nós.

**OS BRICS, ORA, OS BRICS** - A reação brasileira tem sido negar a realidade. Continuamos negociando sem saber bem o quê, e agora inventamos mais um acordo paralelo - não, não é o G-20, G-30, ou outro G qualquer, mas um entendimento, acreditem, entre os quatro países que constituem os Brics (Brasil, Índia, China e Rússia). Só que os Brics são uma ficção, uma metáfora inventada por algum economista brincalhão da Goldman Sachs num momento de ociosidade. Ele propôs “reunir” figuradamente os quatro países que mais crescem entre os emergentes. E todo mundo caiu nessa...

Só que esses países não têm nada em comum, como revela, agora, a posição da China.

A Rússia cresce por causa do seu petróleo e não tem absolutamente nenhum interesse comercial comum com os outros três, muito menos com o Brasil, exportador de commodities agrícolas.

A China... bem, a China está por cima, quer matérias-primas do Brasil, pode comprá-las, mas está comprando cada vez mais nos EUA. A China sabe muito bem que, com sua moeda desvalorizada e o seu preço às vezes irrisório, calculado em salários aviltantes, pode competir com êxito com qualquer país dos Brics, até mesmo no seu mercado interno.

Veja-se o Brasil, em que fábricas se transformam em montadoras de produtos.

**PROTECIONISMO AUMENTA** - E é neste momento em que Doha fracassa sob o impacto de divisões internas e em que a China diz que ninguém mexe com a sua indústria que nós vamos iniciar reuniões com os quatro que não têm nada a ver com isso...

Enquanto nossos diplomatas tagarelam animadamente em Genebra e outras capitais exóticas, mesmo com um aumento das exportações, que agora se acomodam, continuamos a perder espaço para outros países num mercado mundial cada vez mais competitivo e distorcido por protecionismo. Um protecionismo que só tende a aumentar, na medida em que as duas principais economias mundiais, a européia e a americana, mostram fortes sinais de desaceleração. A seguir assim, seremos o que representa só 1%, o que chegou tarde, quando a festa já estava acabando

**Secretário da ONU visita usina de etanol** – Estado de São Paulo – Internacional – 11/11/2007

O secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, iniciou ontem sua primeira visita ao Brasil, como parte do tour pela América Latina em que examina a questão do aquecimento global. Ele veio do Chile para Ribeirão Preto (SP) e seguiu para Jaboticabal, onde visitou a Usina Santa Adélia, de produção de etanol. Hoje Ban Ki-moon se encontrará com o presidente Lula em Brasília.



**Brasil precisa ampliar base de apoio, afirma secretário da ONU – Sérgio Dávila –**  
Entrevista com Ban Ki-Moon – Folha de São Paulo – Brasil – 11/11/2007

**Para o sul-coreano, o assento permanente no Conselho de Segurança exige expansão de diálogo com países-membros**

**Secretário-geral das Nações Unidas, que chega hoje ao país, defende o programa do etanol, que é criticado por relator da ONU para a fome**

Se quiser conseguir um assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, a instância mais importante da ONU, o Brasil tem de aumentar sua base de apoio entre os países-membros. Esse é o conselho dado pelo secretário-geral da entidade, Ban Ki-moon. Em entrevista à Folha, o sul-coreano de 63 anos elogiou o programa do etanol brasileiro -ele começa seu primeiro tour oficial ao país hoje com uma visita a uma usina de álcool em São Paulo- e diminuiu a importância do pedido de seu relator para a fome, que quer moratória de cinco anos na produção de biocombustíveis. Na segunda-feira, Ban Ki-moon (pronuncia-se "ban gui-mun") recebeu a Folha no último andar do prédio-sede das Nações Unidas, em Nova York.

Leia a entrevista a seguir:

***FOLHA - O Brasil quer um assento permanente no Conselho de Segurança. Muitos dizem que é um pleito justo ou mesmo apóiam a entrada, como a França. Minha pergunta é: o que está faltando?***

***BAN KI-MOON*** - Todos os países-membros da ONU concordam com o fato de que o Conselho de Segurança precisa passar por uma reforma que aumente seus assentos permanentes. Considerando as mudanças dramáticas por que passamos nas últimas seis décadas, é absolutamente necessário que o CS reflita mais realisticamente o que aconteceu na comunidade internacional.

O que está faltando são os países-membros conseguirem concordar sobre uma mesma fórmula para a mudança. Na América Latina, há muitos países que desejam se tornar membros permanentes. Também na África e na Ásia. Temos de lidar com essas questões de maneira harmoniosa, por meio de diálogo e consultas.

***FOLHA - Qual é a sua opinião?***

***KI-MOON*** - Como secretário-geral, não estou em posição de expressar minha posição pessoal publicamente. Meu papel é facilitar o diálogo e a consulta entre os países-membros. O Brasil é, claro, um país-membro muito importante, foi um dos fundadores da organização. Mas deveria tentar expandir seu apoio entre os outros países-membros.

***FOLHA - Esse é seu conselho para o país?***

***KI-MOON*** - Sim.

***FOLHA - A ONU avalia positivamente o papel do Brasil à frente da missão de paz no Haiti (Minustah). A favela Cité Soleil foi supostamente "tomada" e "pacificada" sob o comando dos militares brasileiros. Ao mesmo tempo, há um relator especial da ONU investigando o problema de violência no Brasil, assim como denúncias de execuções e corrupção policial. O sr. consegue enxergar a ironia dessa situação?***

**KI-MOON** - [Pausa] Sou muito grato quanto ao papel do Brasil na Minustah. Quando visitei o Haiti, vi junto à população um sentimento muito positivo. Andei pela Cité Soleil, o que não seria possível há sete meses. Os brasileiros prenderam todas as gangues, a segurança foi restaurada, e as pessoas puderam voltar às suas atividades econômicas e sociais. Isso é uma mudança completa, liderada pela Minustah.

Quanto à corrupção, infelizmente, é um problema disseminado e mundial. A ONU, com outras organizações e a sociedade civil, está trabalhando para que os governos sejam mais transparentes. Acredito que dar mais poder à sociedade civil está no centro do esforço de corrigir a corrupção. A ONU também apóia programas na América Latina, incluindo o Brasil, para combater a insegurança social e promover a reabilitação dos jovens.

**Recauchutados azedam bom clima no Mercosul – Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 12/11/2007**

Desmoralizado pela falta de avanços e excesso de remendos, o Mercosul conseguiu, mesmo assim, encontrar um excelente modo de lidar com os conflitos comerciais entre os sócios. Ficaram no passado as trovoadas entre Brasília e Buenos Aires, baixaram-se as queixas do Uruguai contra barreiras comerciais do Brasil. Hoje, ao abrir a reunião da Comissão de Monitoramento de Comércio Brasil-Paraguai, em Assunção, o secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Ivan Ramalho, terá o prazer de discutir uma agenda tranqüila, amistosa até. Ou quase.

Centenas de milhares de pneus atravancam o caminho entre Brasil e Paraguai. Os paraguaios simplesmente não se conformam com a decisão do governo brasileiro, de impor uma cota para importação de pneus remodelados para o mercado brasileiro. Eles têm um problema: entusiasmados com o mercado brasileiro para recauchutados, empresários paraguaios construíram cinco fábricas, com capacidade de produção de pelo menos 1,8 milhão de unidades por ano. Surpreendidos em agosto com a decisão brasileira de fixar uma cota baseada nas vendas dos anos anteriores, de 120 mil pneus por ano, agora pressionam por um recuo do Brasil.

"Essa cota não leva em conta o aumento da capacidade instalada, muito intenso sobretudo no último ano", comenta o encarregado de assuntos comerciais da embaixada do Paraguai em Brasília, Igor Pangrazio, que faz, porém, questão de ressaltar o "clima muito positivo" das relações de comércio entre os dois países.

O empresário Orestes Pereira, que apostou na construção de fábricas para vender pneus recauchutados ao Brasil, é menos diplomático, e, nos jornais do Paraguai, anda acusando o governo de enganar e fazer piada com os paraguaios, nessa questão. É de se lembrar que o país vive tempos de campanha presidencial, em que todo assunto leva calor às discussões políticas locais. "Vamos explicar ao Paraguai que a decisão (de impor cotas) é

decorrência da arbitragem da OMC", antecipa Ivan Ramalho, mostrando nenhuma disposição de voltar atrás.

O Brasil, por decisão do tribunal do Mercosul, foi obrigado a retirar barreiras às importações de recauchutados do Paraguai e Uruguai, mas, em demanda semelhante da União Européia contra o Brasil, na OMC, foram consideradas legítimas as restrições brasileiras, por motivos de proteção à saúde pública, a importações de pneus reaproveitados. Legítimas, alertaram os árbitros, desde que não houvesse discriminação contra os europeus. Nesse ponto, entram os paraguaios e seus pneus.

---

### **Paraguaios construíram 5 fábricas de pneus**

---

Para a OMC, as importações de pneus dos sócios do Brasil no Mercosul não chegam a ser discriminação contra a Europa, desde que se mantenham nos baixos limites em que vinham, até agora. Foi o que levou o Brasil a impor cotas aos parceiros, já temendo que exportadores de pneus usados do mundo inteiro passassem a usar os sócios menores do Mercosul como usina de remodelagem e venda dos pneus ao mercado brasileiro.

Os ambientalistas, com respaldo inédito da OMC, condenam a importação de pneus recauchutados do Primeiro Mundo, pelas dificuldades de depósito final para o produto, depois de gasto. A reunião, hoje, em Assunção mostrará se o caso chega a ser uma encrenca bilateral. Essa mistura de comércio, ambientalismo e política industrial é, aliás, um bom tema de debate para mostrar a que veio o nascente Parlamento do Mercosul.

O setor é pequeno e o clima entre os dois governos, o de Lula e o de Nicanor Duarte Frutos, é de aproximação, não de disputas, como indicou o próprio presidente paraguaio, no Chile, onde se encontraria com o brasileiro durante a Cúpula Ibero-Americana. Ao lhe indagam sobre o sensível tema da energia de Itaipu, Duarte Frutos disse preferir uma conversa com Lula sobre medidas para facilitar a vida dos sacoleiros e o projeto, no Brasil, de ajuda financeira aos governos dos países menores.

A experiência das comissões de monitoramento de comércio, iniciada no auge dos atritos com o governo de Néstor Kirchner, na Argentina, merece atenção. Atritos de comércio entre vizinhos e sócios de uma união alfandegária são resultado natural do aumento no volume e na variedade das mercadorias trocadas. Conseguir que esses atritos sejam empurrados para fora da arena política e recebam o merecido tratamento técnico é um feito, um dos poucos avanços do Mercosul no passado recente.

A tarefa foi facilitada, é claro, pelas excelentes condições das economias dos quatro países, levantadas pela onda mundial de importações de commodities agropecuárias. Medidas provocadas pelas queixas dos vizinhos nas comissões de monitoramento e os esforços do próprio governo brasileiro para reduzir o crescente déficit comercial desses países com o Brasil já mostram resultados, como aponta Ivan Ramalho, ao lembrar que as vendas paraguaias ao Brasil aumentaram 35% neste ano.

"Nossas pautas com os países do Mercosul eram maiores em problemas, a agenda, agora, é muito mais leve", comenta, aliviado, o secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento. Que não tropece em algum pneu recauchutado pelo caminho.

**Sergio Leo é repórter especial em Brasília e escreve às segundas-feiras - [sergio.leo@valor.com.br](mailto:sergio.leo@valor.com.br)**

**CCJ da Câmara adia a votação sobre a Venezuela no Mercosul** – Folha de São Paulo – Brasil – 14/11/2007

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA - A votação do protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul foi adiada para a próxima semana por um acordo de lideranças entre governo e oposição na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara. Paulo Maluf (PP-SP), que relata a proposta, pediu a aprovação "em homenagem ao povo venezuelano", mas chamou Hugo Chávez de "psicopata".

Com o acordo, o governo assegurou a aprovação da proposta na CCJ sem o barulho que pretendia a oposição ontem. Ficou acertado que o tema será debatido em uma audiência pública na terça-feira e, no dia seguinte, será a vez de discutir o protocolo e votar. A base aliada compõe a maioria da comissão.

Governo e oposição indicariam dois nomes para a audiência. O DEM indicou o ex-embaixador Rubens Barbosa, conselheiro de Comércio Exterior da Fiesp. O governo ainda não anunciou o seu.

A tendência é que a proposta seja aprovada, dada a maioria do governo e a limitação da análise que a comissão deve fazer, levando em conta apenas o aspecto jurídico e constitucional.

**Relatório de Maluf aprova Venezuela no Mercosul** - Thiago Vitale Jayme – Valor Econômico – Brasil - 14/11/2007

Com ressalvas, o deputado Paulo Maluf (PP-SP) apresentou ontem relatório com voto favorável à entrada da Venezuela no Mercosul. A proposta está em debate na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, que se pronunciará sobre o pedido na próxima quarta-feira. O ex-governador de São Paulo chamou o presidente Hugo Chávez de "psicopata", "cafajeste" e "ditador".

Maluf lembrou do Protocolo de Ushuaia, de 1998, no qual o Mercosul definiu que apenas países com "plena vigência das instituições democráticas" poderiam fazer parte do bloco. "Se a democracia é algo que temos como valor fundamental, temos sérias dúvidas se a democracia está sendo praticada na Venezuela pelo senhor Chávez", escreveu Maluf.

"Chávez vem, paulatinamente, corroendo as estruturas institucionais da Venezuela, o que ficou notório com a supressão recente de importante veículo de comunicação que lhe fazia merecidas críticas", completou o deputado, ao se referir à RCTV. "Agora, pretende impor, mediante simulacro de referendo, reformas políticas que lhe permitirão a perpetuação no poder. Ora, em qualquer lugar do mundo, a perpetuação no poder só pode significar o prenúncio de uma ditadura, mesmo que travestida numa roupagem popular."

Com a leitura do relatório, governo e oposição acertaram a realização de audiência pública na terça-feira. A oposição pretende levar o ex-embaixador Rubens Barbosa para o debate. O governo deverá ter alguém indicado pelo Itamaraty. O deputado se mostrou preocupado com a dificuldade de os opositores a Chávez protestarem contra o governo. "Estamos certos de que muitas outras vozes não podem ser ouvidas, porque são abafadas pelo aparelho repressor do Estado chavista", disse Maluf.

O deputado paulista ainda colocou na conta de Chavez a responsabilidade pela desapropriação dos bens da Petrobras efetuada pelo governo Evo Morales, na Bolívia. "O senhor Chávez é o verdadeiro governante da Bolívia", afirmou Maluf, que chamou Morales de "pupilo" do venezuelano.

Maluf sugeriu ao Congresso Nacional que apelasse a Chávez por retomar a prática de alternância de poder no país. "Para que Chávez não deixe de ter em consideração que a alternância de poder na Venezuela constituiria o ponto culminante em sua modesta e bizarra biografia", escreveu o deputado. Além da questão política, Maluf citou o receio de que o presidente da Venezuela inicie uma corrida armamentista na América do Sul.

Maluf lembrou o recente episódio no qual Chávez criticou o rei Juan Carlos, da Espanha. "Em um estrelismo psicopático, Chávez chamou o rei Juan de golpista. Golpista é Chávez. Juan Carlos é o grande democrata da segunda metade do último século. Chavez não passa de um grande cafajeste", disse o deputado

Apesar das críticas a Chávez, Maluf aprovou a entrada do país no Mercosul. "Temos de levar em consideração o povo venezuelano. A nação venezuelana é que permanecerá como amiga do povo brasileiro, como nossos vizinhos, acima de 'chavismos' eventuais." Segundo Maluf, "ao não admitirmos o referido ingresso, estaríamos antes penalizando o povo venezuelano".

O PPS anunciou que vai apresentar um voto em separado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara contrário à entrada da Venezuela no Mercosul. "A Venezuela, hoje, vivencia um momento de desestabilização e não possui credenciais democráticas necessárias para fazer parte do Mercosul", afirma a legenda no voto em separado.

## **Brasil endurece discurso na OMC - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 15/11/2007**

Reunião convocada pelo chanceler Celso Amorim mandará mensagem dura a países ricos

Em meio a uma crise e sem direção clara, a Organização Mundial do Comércio (OMC) será sede hoje de uma reunião entre mais de 70 países emergentes que vão fazer pressão para que Estados Unidos e Europa apresentem propostas mais ambiciosas para a liberalização de seus mercados agrícolas.

Convocada pelo chanceler brasileiro, Celso Amorim, a reunião em Genebra vai mandar uma mensagem dura contra a falta de compromisso dos países ricos nas negociações.

“Pedimos um maior esforço por parte dos países desenvolvidos”, afirma a declaração que será aprovada hoje.

O grupo ainda pede que americanos e europeus esclareçam como ocorrerá a abertura de seus mercados agrícolas, alegando que só assim os países emergentes poderão tomar uma decisão sobre o que poderão oferecer como moeda de troca.

O negociador-chefe da Europa para o setor agrícola, Jean Demarty, rejeitou ontem a cobrança dos países emergentes. “Já estamos sendo bastante claros no que estamos oferecendo e quais são os produtos que vamos manter nas categorias dos bens sensíveis (que ganharão certas proteções). O Brasil sabe que carnes e outros bens entrarão nessa categoria”, afirmou Demarty.

**MENSAGEM** - Para o Itamaraty, a reunião servirá para mandar uma mensagem política aos países ricos, a poucas semanas da publicação do novo rascunho do acordo da Organização Mundial do Comércio. O que o Brasil quer deixar claro é que a ambição dos países ricos em abrir seus mercados não responde aos interesses dos países emergentes.

México e Chile não mandarão seus ministros. O Uruguai estará presente apenas com seu embaixador.

Muitos não estão de acordo com a forma pela qual o Brasil está tentando transformar o grupo de países emergentes em um bloco unido também em torno de propostas que garantam a proteção de certos setores industriais.

Em documentos obtidos pelo Estado, o México insiste que o Brasil não pode mudar o mandato do G-20, grupo de países emergentes criado para tratar de temas relacionados à agricultura.

No documento que o Itamaraty queria aprovar hoje, o governo aponta para a necessidade de que o setor industrial não seja afetado de uma forma dura nos países emergentes.

“O G-20 não tem o mandato para discutir temas relativos aos produtos industriais”, afirma o documento mexicano. Mais da metade dos governos convidados não irão enviar seus ministros à reunião.

O chanceler Celso Amorim já está desde ontem em Genebra para o evento.

Segundo a declaração que deverá ser aprovada, a integração completa dos países emergentes ao sistema comercial somente ocorrerá se a Rodada Doha cumprir seu mandato de corrigir as regras do comércio.

**País vai ensinar como iniciar disputa comercial** - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 15/11/2007

O governo brasileiro dará aulas sobre como abrir disputas nos tribunais da Organização Mundial do Comércio (OMC) a países africanos e latino-americanos. Os cursos vão começar em 2008 e o Itamaraty vai pagar aulas e viagem dos diplomatas dos demais países que queiram seguir o curso, informa o subsecretário de Assuntos Econômicos do Itamaraty, Roberto Azevedo.

Na próxima semana, a OMC reunirá o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial para uma conferência sobre como ajudar os países mais pobres a tirarem proveito do comércio e de exportações. A OMC espera que os países ricos anunciem ajuda financeira aos governos menos desenvolvidos. O Brasil já deixou claro que não dará dinheiro, mas não descarta outras medidas.

Desde a criação da OMC, o Brasil tem sido um dos principais usuários dos tribunais, que podem colocar uma retaliação contra outro governo para obrigá-lo a seguir uma determinação internacional. O País já usou o mecanismo para conseguir a condenação de políticas consideradas distorsivas pelos Estados Unidos e Europa, principalmente no setor agrícola. No início da década, o Brasil ainda foi obrigado a reformar alguns de seus programas de apoio à exportação, como o Proex, como resultado de disputas comerciais contra o Canadá.

O problema, para muitos governos, é que o sistema dificilmente pode ser usado sem que haja um conhecimento profundo dos diplomatas de cada país sobre todos os aspectos legais do processo. Alguns governos acabam apelando para a contratação de advogados estrangeiros, com custos que acabam impedindo que um governo possa pagar por um litígio. O resultado é que, dos mais de 300 casos já tratados pelo tribunal, um número pequeno foi iniciado pelos governos africanos ou pelas economias mais pobres.

**Agricultura é o centro de Doha, diz Amorim** - Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 16/11/2007

**Ministro brasileiro das Relações Exteriores está preocupado com possível "conluio" dos ricos para desviar o foco da Rodada - Para Amorim, está claro "que o centro da Rodada é a agricultura" e toda tentativa de mudar essa perspectiva "está destinada ao fracasso"**

DE GENEVRA - Manifestando preocupação com um possível "conluio" dos países ricos para desviar o foco da Rodada Doha, o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, reiterou ontem que a agricultura precisa estar no centro da negociação, iniciada há seis anos na capital do Qatar com ambiciosas metas para promover a abertura do comércio mundial.

Após presidir uma reunião do G20, o grupo de países em desenvolvimento que luta pela abertura agrícola do mundo rico, o chanceler brasileiro buscou afastar os rumores de um racha entre as nações em desenvolvimento.

"Ficou claro em nosso encontro que o centro da Rodada é a agricultura. Qualquer tentativa de mudar o fato de que a agricultura é a locomotiva [da negociação] está destinada a fracassar", disse Amorim na sede da OMC (Organização Mundial do Comércio), em Genebra. A reunião do G20, convocada pelo Brasil, teve seu fórum ampliado a quase cem países, com a participação de outros países emergentes.

Citando "rumores" de que EUA e União Européia estariam se unindo para divulgar um documento sobre produtos industriais, o chanceler brasileiro disse que tal iniciativa seria uma manobra destinada a desviar o foco da Rodada Doha.

"Genebra é uma cidade cheia de rumores. Alguns são apenas sussurros, outros parecem trovões", disse Amorim. "Um desses rumores é o de que países desenvolvidos estão preparando um documento próprio. Não podemos permitir que interpretações erradas, para usar um termo suave, desviem o foco da agricultura. A agricultura sempre foi a razão e a locomotiva da Rodada."

Lançada em 2001, a Rodada Doha deveria ter sido concluída em 2005. Mas a disputa entre os países emergentes, que pedem o fim dos subsídios dos ricos à agricultura, e os países desenvolvidos, que querem a redução de tarifas industriais para ampliar suas fatias de mercado no mundo em desenvolvimento, mergulhou as negociações num impasse, tornando impossível determinar uma nova data para seu desfecho.

**Manobra** - Em conversa com jornalistas brasileiros após o encontro, o chanceler brasileiro repetiu que a suposta insistência dos países desenvolvidos em ressaltar a negociação sobre redução de tarifas em um novo documento não passa de uma manobra para empurrar a culpa pelo atraso nas negociações aos emergentes.

"Se esse documento existir, é um evidente conluio para, no fundo, desviar a atenção da agricultura", disse Amorim. "A estratégia é essa. Eles encontraram uma zona de conforto mútuo, em que um não tem que cortar muito em subsídios e o outro não tem que dar muito em acesso a mercados. Para a atenção não ficar nisso, botam toda a atenção em Nama [Non-Agricultural Market Access, no jargão comercial, ou serviços e bens não-agrícolas]".

**Antídoto** - Kamal Nath, ministro da Indústria e Comércio da Índia, país que lidera o G20 ao lado do Brasil, lembrou o momento de incerteza na economia mundial para destacar a importância de que a conclusão de Doha não seja mais adiada.

"Há um risco real de que as crises financeiras ainda em andamento nos Estados Unidos e na Europa conduzam a uma desaceleração global", disse Nath. "Concluir a Rodada nos próximos meses seria um ótimo antídoto para isso."



Além do Brasil e da Índia, outros seis países enviaram ministros ao encontro -o que Amorim considerou um bom número-, além de sete vice-ministros.

A ausência de ministros do México e do Chile, que recentemente manifestaram insatisfação com a ampliação do escopo negociado pelo G20 além da agricultura, exigindo proteção a setores industriais, não foi considerada sinal de divisão.

"Os representantes dos dois países foram participativos e assinaram a declaração final", disse o chanceler da Argentina, Jorge Taina. "Não há divisão."

No comunicado divulgado após o encontro, o G20 reitera que o sucesso da Rodada Doha depende de avanços na abertura dos mercados dos países ricos aos produtos agrícolas dos emergentes, o que só ocorrerá com cortes nos bilionários subsídios concedidos atualmente.

"A agricultura determinará o ritmo e a ambição das negociações. Esse é um imperativo político que deriva do compromisso assumido em Doha de colocar a agricultura e o desenvolvimento no coração do sistema multilateral de comércio", diz o texto. "A maioria dos pobres do mundo é de agricultores. A luta contra a pobreza requer uma Rodada Doha bem-sucedida e equilibrada."

**Para estrangeiros, ministro estaria de olho na OMC** - Jamil Chade – estado de São Paulo – Economia & Negócios – 16/11/2007

As aparições seguidas do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, na sede da Organização Mundial do Comércio (OMC) e sua liderança no grupo dos países emergentes alimentam comentários cada vez maiores de que o brasileiro estaria preparando uma candidatura à direção geral da entidade.

Questionado por jornalistas estrangeiros, Amorim negou tal possibilidade. "Nunca", respondeu. Em seguida, parou e disse: "Nunca devemos dizer nunca." A OMC é atualmente conduzida pelo francês Pascal Lamy, que tem mais três anos de mandato.

**Brasil e outras 90 nações cobram definição dos EUA** - Jamil Chade – estado de São Paulo – Economia & Negócios – 16/11/2007

Governo americano não tem autorização do Congresso para negociar acordos comerciais há seis meses

O Brasil e cerca de 90 países emergentes cobram uma definição do governo americano sobre se está disposto a negociar um acordo de liberalização na Organização Mundial do Comércio (OMC). Ontem, os países em desenvolvimento se reuniram em Genebra para alertar que não farão concessão enquanto não houver uma definição política por parte dos americanos e pedem que o governo de George W. Bush apresente um cronograma de como pretende negociar a Rodada Doha daqui em diante.

O Brasil, que já admite que os ganhos nas exportações agrícolas não são substanciais, trabalha com a hipótese de que não haverá um entendimento este ano. Mas insiste em um acordo até março de 2008. Muitos já apontam que o acordo ficaria para 2009.

O que preocupa o chanceler Celso Amorim é que o “sentimento de urgência” em concluir a Rodada está desaparecendo, às vésperas do início da campanha eleitoral nos EUA.

A cobrança dos emergentes ocorre exatamente na semana que a Rodada Doha completa seis anos de negociações. Diplomatas brasileiros reconheceram que o principal objetivo do encontro de ontem era mesmo o de servir de “sinal de alerta”.

O problema central é a rejeição americana a fazer concessões na liberalização agrícola. Washington, inicialmente, pedia para distribuir subsídios de US\$ 22 bilhões. Agora, fala em US\$ 16,5 bilhões. O Brasil quer limitar a US\$ 12 bilhões.

Ocorre que o governo americano não tem autorização do Congresso para negociar acordos comerciais há seis meses, o que estaria impedindo qualquer avanço em Genebra. “Washington precisa apresentar um road map sobre como pretende obter a autorização para negociar para que possamos prosseguir. Se a atual situação continuar, estamos fadados ao impasse”, afirmou Kamal Nath, ministro do Comércio da Índia.

Amorim já admite que a liberalização agrícola não será profunda. “Não vamos ter cortes importantes nos produtos de nosso interesse.” Mas diz que será apenas na OMC que os países conseguirão colocar um limite nos subsídios americanos. Para o chanceler, acordos bilaterais são “complementares”. “Nosso foco é a OMC.”

**Lamy aprova reivindicações de Brasil e Índia** - Gina Marques – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 16/11/2007

Paralelamente à reunião do G-20 em Genebra, o diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, defendeu a posição de países como Brasil e Índia, que querem liberalizar os mercados agrícolas dos Estados Unidos e da Europa. Ontem, na conclusão do Congresso Mundial da Energia, ele disse ao Estado:

“Brasil e Índia querem reequilibrar o que pensam que é uma injustiça para eles. Francamente, acho que eles têm razão.”

Diversamente do que havia previsto no início de novembro, quando declarou ser contrário a empurrar a conclusão da Rodada Doha até 2008, Lamy falou que espera numa resolução apenas no próximo ano. “Não posso dizer quando se concluirão as negociações”, comentou. “Trabalha-se nos documentos, apesar do ritmo ser lento, as negociações continuam. Acho que é possível chegar a uma conclusão para resolver os problemas no próximo ano.”

Ele explicou também que a regra impõe uma aprovação com unanimidade dos países membros da OMC. “É extremamente complexo. Estamos chegando à fase final. Sabemos que a chave para chegar a um acordo está nas subvenções e tarifas aos produtos agrícolas na qual os protagonistas são, de uma parte, Estados Unidos e Europa, e, da outra, Brasil, África do Sul e outros, mas acredito que tudo será resolvido.”

Lamy explicou também que as regras existentes na OMC não foram negociadas especificamente no setor de energia, mas são flexíveis para poder funcionar também neste campo.

**Chanceler brasileiro defende entrada da Venezuela no Mercosul** - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Internacional – 16/11/2007

Celso Amorim argumenta que integração econômica latino-americana é único meio de trazer paz à região

Apesar de toda a polêmica em torno do presidente venezuelano, Hugo Chávez, o chanceler brasileiro Celso Amorim defende o ingresso da Venezuela no Mercosul e alerta que apenas a integração econômica na América do Sul poderá trazer a paz na região.

“A prioridade deve ser a integração regional. Para termos paz na América do Sul, temos de ter uma integração econômica”, afirmou Amorim, que está em Genebra para reuniões na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Fontes de alto escalão do Ministério de Relações Exteriores explicam que a estratégia brasileira de insistir na adesão da Venezuela tem como objetivo limitar os danos

causados por Chávez nas relações com outros países e ainda evitar que Caracas tenha de buscar novos aliados, como o Irã.

Nos cálculos do Itamaraty, ao trazer Chávez para o Mercosul, as chances de que a Venezuela adote um tom mais moderado no cenário internacional aumentam.

O Itamaraty admite que essa adesão pode ter custos políticos para o Brasil. No entanto, acredita que eles seriam menores do que tentar isolar a Venezuela na região.

Um desses custos poderia ser a maior dificuldade para negociar acordos de livre comércio com países ricos, como os da União Européia, e mesmo um eventual acordo com os Estados Unidos.

Pelas regras do Mercosul, todos os países do bloco teriam de aceitar abrir seus mercados aos produtos estrangeiros caso um acordo seja fechado com Bruxelas, algo que não soa bem aos ouvidos do governo venezuelano. Amorim, porém, diz que não questionou quando dez novos países entraram na União Européia, há dois anos. “A UE é muito importante para nós, mas nossa prioridade é a região”, disse o chanceler.

O ministro brasileiro comparou o processo de integração na América do Sul ao que ocorreu na Europa após a 2ª Guerra Mundial. “O continente europeu apenas conseguiu a paz pela integração econômica”, disse Amorim. O chanceler aposta que a harmonização de tarifas entre o Mercosul e a Venezuela não será um obstáculo.

Nestor Stancanelli, diretor do Departamento de Assuntos Comerciais da chancelaria argentina, também acredita que a Venezuela vai “contribuir para o Mercosul”. “Será um mercado importante para as exportações de Brasil e Argentina. É um reforço para o Mercosul”, disse Stancanelli.

**Amorim denuncia complô de países ricos para dividir emergentes** - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia & Negócios – 16/11/2007

Chanceler usou reunião que discutiu Rodada Doha em Genebra para fazer denúncia e evitar que manobra ocorra

O chanceler brasileiro, Celso Amorim, denunciou um plano dos países ricos para tentar dividir as economias emergentes nas negociações da Rodada Doha no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) e usou reunião em Genebra ontem para tentar prevenir que tal manobra ocorra.

O Brasil revelou que a convocação do encontro entre os países em desenvolvimento foi uma espécie de alerta político de que esses governos não aceitarão uma atitude nessa

direção vindo dos Estados Unidos e Europa. “Não há mais espaço para que os países ricos enganem os demais como ocorria no passado”, alertou o ministro. Mas no encontro, países como México, Uruguai, Chile e Peru não enviaram seus ministros exatamente por não concordarem com a posição do Brasil.

Segundo o chanceler, o Itamaraty teria recebido indicações de que Bruxelas e Washington estariam preparando uma nova proposta para a Rodada sobre a abertura dos mercados emergentes para produtos industriais. Na prática, isso pressionaria os países em desenvolvimento e acabaria tirando a atenção do que o Brasil acredita ser o centro do processo: as negociações para a liberalização agrícola.

Nas negociações na OMC, os países ricos alertam que somente poderão fazer concessões no setor agrícola se receberem em troca novo acesso aos mercados dos países emergentes. Para o Brasil, a lógica é exatamente a contrária. “Os países ricos estão tentando se esconder e não dizer o que de fato vão fazer no setor agrícola”, afirmou Amorim. “A mensagem da reunião foi a de que já sabemos que estão tentando uma manobra. Não vamos deixar isso ocorrer. Podem tentar dividir, mas a aliança entre os países emergentes está cada vez mais estratégica”, garantiu.

Amorim espera que a reunião de ontem sirva para “dificultar” a manobra. “A mensagem que quisemos passar é de que tal comportamento seria um esforço fútil e em vão.”

Para os países emergentes, o centro da Rodada precisa ser a liberalização agrícola. “Qualquer tentativa de mudar isso fracassará. A agricultura é a razão de ser da Rodada”, afirmou Amorim. Para o ministro do Comércio da Índia, Kamal Nath, qualquer concessão no setor industrial depende da agricultura.

A realidade, porém, é que os emergentes já estão divididos sobre o grau de abertura que estariam dispostos a fazer no setor industrial. De um lado estão Índia, Brasil, África do Sul, Argentina e Venezuela, com posição mais dura em termos de abertura industrial.

De outro, México, Chile, Equador, Tailândia, Peru, Costa Rica e outros aceitariam uma liberalização mais parecida ao que pedem os países ricos, como forma de convencê-los a aceitar uma abertura no setor agrícola. Amorim qualificou de “erro tático” desses países apresentar uma proposta mais favorável aos países ricos. “Todos têm o direito de ter sua posição. Mas isso aliviou a pressão sobre os ricos em abrirem sua agricultura. Foi um erro tático.”

**Conclusão das negociações depende do Congresso dos EUA** – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 16/11/2007

DE GENEVRA - Apontada como uma das principais condições para que a Rodada Doha chegue a uma conclusão, a autorização do Congresso dos EUA para que a Casa Branca negocie acordos comerciais sem que possam ser emendados, o chamado "fast track", precisa ser renovada até abril. Caso contrário, a estagnação pode se perpetuar, disse o chanceler Celso Amorim.

"Existe uma relação dialética entre o avanço da Rodada e a TPA [Autoridade de Promoção Comercial, na sigla em inglês]. Se os congressistas americanos sentirem que a Rodada está avançando é mais fácil sair a TPA", afirmou o ministro.

"Não vamos parar de negociar sem o TPA, mas vamos ficar mais cautelosos." Para a negociação continuar a ter sentido no ano que vem, quando haverá eleições presidenciais no país, diz o chanceler, é preciso que o prazo de aprovação da autorização do Congresso não passe de abril. "O que me preocupa é que já estão falando em junho, julho."

O chamado "fast track" (caminho rápido) é importante porque a política de comércio exterior dos Estados Unidos é determinada pelo Congresso, dominado pela oposição democrata. Para que o governo americano possa negociar tratados sem que depois os textos sejam emendados pelos parlamentares, o Congresso dá uma autorização prévia, a TPA. O prazo da última autorização venceu em junho, aumentando as incertezas em torno de Doha.

Embora ressalte a importância de que a TPA seja renovada, o chanceler Amorim não vê na sucessão americana um risco à Rodada Doha, mesmo com uma possível vitória do Partido Democrata, considerado mais protecionista que o Republicano. "Não sei quem vai ganhar as eleições nos EUA, mas se ganharem os democratas eles vão cumprir [a Rodada] também. Ninguém pode se dar ao luxo de fazer diferente", disse o chanceler.

Você não pode querer ordem no mundo, não pode evitar o terrorismo, não pode querer a paz, ou combater a Aids se não tiver regras adequadas para o comércio."(MN)

### **Doha faz seis anos e não há nada a comemorar** – Valor econômico – Brasil - 16/11/2007

Há datas que dispensam comemorações e o sexto ano da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio, completos anteontem, é uma delas. Cumprido à risca seu cronograma, ela deveria ter se encerrado em 2005. Não foi e não será por mais um par de anos, em uma hipótese otimista. A própria reunião no Qatar, entre 9 e 14 de novembro de 2001, presidida por Mike Moore, diretor-geral da OMC, foi realizada sem que os 142 países que dela participaram tivessem concordado integralmente sobre os passos a serem dados. Os atentados de 11 de setembro nos EUA apressaram as iniciativas para que os países menos desenvolvidos tivessem melhores chances de progresso e, assim, maiores chances de assegurar regimes democráticos. Parte dessa urgência e desse espírito se perdeu ao longo do tempo.

As boas intenções tropeçaram no arraigado protecionismo da União Européia e dos Estados Unidos. Menos de dois anos depois de aberta, a Rodada Doha tropeçou feio em Cancún, no México, e jamais se levantou depois. A partir daí, seguiu-se impasse atrás de impasse, com propostas ruins que se sucediam a propostas péssimas. O objetivo principal das negociações, que era limpar o terreno agrícola da escandalosa proteção dada pelos países ricos à produção e exportação, não foi atingido, embora em seis anos as propostas, arrancadas sob intensa pressão do G-20, capitaneado pelo Brasil, tenham inegavelmente melhorado. Elas, entretanto, ainda estão a bom caminho de serem aceitáveis, ou justas.

Batizada de rodada do desenvolvimento, Doha pressupunha que os países ricos deveriam realizar a tarefa inacabada das negociações anteriores, da Rodada Uruguai, que consumiu oito anos e terminou com uma onda de liberalização tarifária das indústrias dos países em desenvolvimento, sem a correspondente contrapartida dos bens agrícolas por parte dos desenvolvidos. O pêndulo de Doha deveria se inclinar na direção de maiores concessões agrícolas, sem reciprocidades da mesma magnitude das nações em desenvolvimento em relação às áreas industrial e de serviços. Os interesses protecionistas falaram mais alto.

Quando a rodada estancou, no início do segundo semestre, os pontos principais sobre os quais gravitavam os impasses ainda se referiam à questão agrícola. Os EUA foram instados pelos coordenadores da OMC a reduzir seu subsídios para a faixa dos US\$ 13 a US\$ 17 bilhões. Queriam US\$ 22 bilhões, usaram nos últimos dez anos a média de US\$ 15 bilhões, e o G-20 insistia para que estacionassem em US\$ 12 bilhões.

No caso da União Européia, que já anunciara em sua política agrícola comum que extinguiria os subsídios às exportações agrícolas em 2013, o eixo da discussão eram as barreiras de acesso a mercado e os subsídios internos à produção agrícola. A UE concordou em chegar aos 70% de redução tarifária, mas entrincheirou-se na defesa de uma lista de produtos sensíveis, que poderiam continuar fortemente protegidos, e em uma oferta insatisfatória de cotas, com as quais anularia as concessões feitas em incentivos à exportação.

UE e EUA, por seu lado, exigiram cortes de 57% a 62% nas tarifas industriais, enquanto que o Brasil aceitaria ir até os 50% e os aliados do G-20 divergiam consideravelmente a respeito. Para piorar as coisas, colocou-se um cavalo de Tróia para os países em desenvolvimento: a proteção especial a alguns produtos toda vez que as importações crescerem muito ou as cotas caírem.

Entre a reunião no Qatar e agora, muitas coisas mudaram - várias para pior. O bloco protecionista europeu ganhou mais estridência e relevo com a eleição do direitista Nicolas Sarkozy. A corrida contra o tempo em Doha para se chegar a um acordo antes que

expirasse a autorização a George Bush para negociar acordos comerciais foi perdida. Bush não conseguirá renová-la, já que, na prática, no que depender do Congresso, perdeu a capacidade de governar. Os democratas estão com grandes chances de reconquistar a Casa Branca, e todos os candidatos mais cotados já deixaram claro que não gostam de acordos comerciais. O timing das negociações de Doha foi em grande parte ditado pelos prazos políticos americanos e agora não será diferente. 2008, ano das eleições presidenciais nos EUA, é um ano morto para Doha. O período de hibernação pode terminar, se terminar, só em 2009.

#### **Pesquisador diz que há pressão para mudança – O Globo – O País – 17/11/2007**

De acordo com Rizzo de Oliveira, há 20 anos o Brasil não leva a sério a defesa nacional SÃO PAULO. Para o pesquisador Eliezer Rizzo de Oliveira, ex-diretor científico do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp, a necessidade de reaparelhar as Forças Armadas é anterior à descoberta do megacampo de petróleo.

— Há 20 anos que o Brasil não leva a sério sua defesa nacional. O submarino é um projeto que vem sendo desenvolvido há décadas, assim como o programa Calha Norte (soldados do Exército nas fronteiras). Ou seja, os últimos governos empurram o assunto com a barriga — disse Rizzo de Oliveira, para quem o setor continuará a enfrentar problemas enquanto o processo decisório nesse sentido tiver de passar pelo Itamaraty.

Rizzo de Oliveira lembrou que há forte pressão das Forças Armadas para que o governo mude seu pensamento em relação à defesa nacional. É um sinal positivo de que o governo pode estar pensando no assunto, segundo o pesquisador, é a declaração de Jobim.

— Enquanto o presidente Lula não desmentir o ministro, pode significar que o governo pretende reaparelhar o setor.

A construção de um submarino de propulsão nuclear é mais que necessária — diz.

#### **Câmara debate Chávez no Mercosul - Denise Madueño – Estado de São Paulo – Nacional – 18/11/2007**

Entrada da Venezuela no bloco, a ser votada pela CCJ, vira um julgamento da democracia no continente

A inclusão da Venezuela no Mercosul, a ser votada na quarta-feira pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, promete ser mais que um debate sobre integração política ou relações econômicas dentro do bloco. Esquentado por seguidas declarações polêmicas do presidente venezuelano Hugo Chávez e pelo apoio que lhe deu, há dias, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o tema já se transformou, entre os deputados, em uma espécie de julgamento da democracia no continente.

De um lado, um bloco de deputados argumenta que o governo do presidente Chávez não é uma democracia - o que, nos termos do Protocolo de Ushuaia, impediria a sua entrada



no bloco. Em contrapartida, outro grupo, do qual participa quase toda a base governista, entende que não cabe ao Brasil opinar sobre a política interna de outro país. Depois da votação na CCJ, a proposta vai a votação no plenário.

Irônico, o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) entende que há um novo modelo político desenvolvido por Chávez, que vem sendo estendido a outros países latino-americanos. “É a ditadura consentida”, define. O deputado propôs a realização de um seminário para discutir melhor esse modelo.

Gabeira afirma já ter identificado os principais pontos da nova fórmula. O primeiro é a criação de uma assembleia constituinte extremamente fiel ao governo. Depois, a realização, de vez em quando, de referendos populares. Outros passos consistem na eliminação da oposição, na repressão policial e na censura aos órgãos de imprensa.

“A Venezuela está em uma fase de transição da democracia para uma ditadura consentida”, insiste Gabeira. Ele conta que, depois das discussões sobre democracia na Venezuela durante a votação do protocolo de adesão do país ao Mercosul, na Comissão de Relações Exteriores, no mês passado, foi procurado por uma delegação de deputados do Equador preocupados com a situação no país. “Eles estão muito preocupados porque foi feita uma assembleia constituinte lá no Equador e já estavam propondo o fechamento do Congresso”, acrescentou. O fato sustentou ainda mais a convicção do deputado de que a “ditadura consentida” está em curso nesses países.

**‘RELATIVISMO’**-“Esse modelo foi desenvolvido na Venezuela, está sendo implantado na Bolívia, com certa dificuldade, e agora no Equador”, adverte o deputado. “No meu entender não é uma democracia tal como conhecemos. Em alguns desses países já começaram a surgir os primeiros ataques à liberdade de imprensa, como é o caso do fechamento da RCTV.”

Gabeira critica o argumento da base governista de que os brasileiros não podem aferir se há ou não democracia na Venezuela. “Esse relativismo é muito cômodo para aqueles que, de certa maneira, querem ajustar a democracia ao seu interesse. Se aceitarmos facilmente esse argumento, nós teremos muito rapidamente, no Brasil, propostas de constituintes, de fechamento do Congresso e de prorrogação de mandato. Por isso é necessário discutir”, afirmou.

Na Comissão de Relações Exteriores, Gabeira se absteve de votar. No final, a admissão do novo integrante foi aprovada por 15 votos. Os deputados do DEM, do PPS e do PSDB, contrários à proposta, saíram da sala no momento de votação.

“Sou favorável à integração da Venezuela como país, mas, no momento, a Venezuela tem um governo que desrespeita alguns aspectos da democracia. Sou favorável a que se detenha esse processo, para pressionar o governo venezuelano a adotar uma atitude diferente”, afirmou. “Minha visão é não negar a entrada, mas também não concedê-la”, completou.

Para Gabeira, é necessário o cumprimento da cláusula do Protocolo de Ushuaia que exige a democracia como regime político dos países-membros. “Se nós temos um mercado comum onde a regra de integração é uma cláusula democrática, nós temos de levar isso a sério”, afirmou.

## **FRASES**

Fernando Gabeira - Deputado federal (PV-RJ)

“A Venezuela está em uma fase de transição da democracia para uma ditadura consentida”

“Eles estão preocupados porque foi feita uma assembléia constituinte lá no Equador e já estavam propondo o fechamento do Congresso”

“Esse relativismo é muito cômodo para aqueles que querem ajustar a democracia ao seu interesse”

“Se aceitarmos o argumento, teremos rapidamente no Brasil propostas de constituintes, de fechamento do Congresso”

**Lula condena crítica ao desmatamento** - Leonencio Nossa – Estado de São Paulo – Vida & - 20/11/2007

Presidente atribui comentários sobre a Amazônia ao que considera uma ‘disputa comercial desleal’

**Blumenau** - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva atribuiu a uma “disputa comercial desleal” as críticas de que o governo incentiva a destruição da Amazônia. Em encontro de empresários brasileiros e alemães, ele defendeu ontem que os países ricos financiem a preservação das florestas das nações em desenvolvimento. “Existe uma disputa comercial que não é leal, e está se espalhando pelo mundo”, reclamou. “Quero dizer aos empresários alemães que ninguém tem mais preocupação em preservar a Amazônia do que nós, brasileiros.” No mesmo palanque do presidente estava o ministro alemão de Economia e Tecnologia, Michael Glos. Pela proposta de Lula, os países ricos, que mais contribuem com a emissão de gases do efeito estufa, pagariam aos pobres pela manutenção das florestas.

**SEM BIOCOMBUSTÍVEL** - Ele sinalizou que o governo apresentará um novo zoneamento agroecológico para a Amazônia, ainda sem data, e negou que o governo incentive a produção de biocombustível e cana-de-açúcar na região. “Não vamos permitir a introdução de biocombustível na Amazônia”, disse. “E não tem nenhum sentido produzir cana-de-açúcar lá”, completou. O presidente disse que novas atividades agrícolas na Amazônia podem utilizar áreas já degradadas e desmatadas.

Organizações não-governamentais acusam Estados e o governo federal de desenvolverem ações que promovem desmatamento e introdução de novas culturas na Amazônia.

Lula cobrou responsabilidade dos EUA e da União Européia na preservação da selva amazônica. “Por favor, não levem apenas em conta que a obrigação é dos países pobres”, disse, referindo-se às ações de combate ao desmatamento. “Os países ricos, que contribuem mais com a emissão de gás que causa o efeito estufa, precisam dar a sua contribuição”, completou. “Uma delas é diminuir a emissão de gás; a outra, financiar os países pobres para diminuir o desmatamento.”

**Presidente critica subsídios agrícolas** - Leonencio Nossa – Estado de São Paulo – Nacional – 20/11/2007

Ele culpa EUA e União Européia por entraves na Rodada Doha

**Blumenau** - Promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o 25º Encontro Empresarial Brasil-Alemanha, em Blumenau (SC), contou com a presença de cerca de 1.400 empresários, sendo 250 alemães. Aproveitando a platéia com integrantes da União Européia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou o governo dos Estados Unidos e a própria UE pelo bloqueio nas negociações para redução de subsídios agrícolas e barreiras, no âmbito da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Lula destacou que a redução de tarifas de importação para produtos de países desenvolvidos não pode impedir o crescimento de seus parques industriais. Ele fez críticas diretas aos argumentos dos Estados Unidos nas negociações.

Disse que o governo americano “pratica subsídios de US\$ 11 bilhões e na mesa de negociação coloca entre US\$ 13 bilhões e US\$ 16,5 bilhões, mas com a negociadora americana dizendo que ficará em US\$ 16 bilhões.” Para ele, isso não significa nenhum corte de tarifas. “Por tudo o que eu aprendi de matemática, não tem diminuição de subsídios aí. Se eu pratiquei 11 no passado, 11 em 2005, e estou propondo praticar agora 16, onde é que está a diminuição do subsídio?”, questionou. “Estamos agora nessa peleja.”

O presidente disse que o Brasil está disposto a ter mais flexibilidade na questão de suas exportações agrícolas, mas ressaltou que qualquer acordo só será factível se beneficiar os países em desenvolvimento. Lula explicou que o Brasil pretende ser um “patrocinador” do acordo de livre comércio entre a União Européia e os países que integram o Mercosul.

No encontro Lula disse ainda aos empresários que não interessa ao Brasil crescer cercado por países miseráveis e fez uma comparação com a UE. “Foi por isso que a União Européia injetou dinheiro em países como Grécia, Portugal e Espanha, que não seriam o que são hoje sem essa ajuda”, argumentou.

**EDUCAÇÃO** - Além disso, o presidente fez uma defesa das ações desenvolvidas por seu governo na área de educação. Lula afirmou, entre outras coisas, que pretende entregar até o final de seu segundo mandato dez novas universidades públicas.

“Sem investimentos em educação, deixaremos de fazer vôo de pássaro que quer ser gigante para fazer vôo de uma galinha”, comparou. Para o presidente, o momento é propício para isso. “Definitivamente, o País vive um momento que considero de bom para ótimo.”

### **Um risco para o Mercosul – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 21/11/2007**

Não interessa ao Brasil, neste momento, o ingresso da Venezuela no Mercosul. Não há justificativa econômica, nem diplomática, para se acolher no bloco o país comandado pelo presidente Hugo Chávez. Aprovar a adesão da Venezuela, agora, seria entregar um cheque em branco a um parceiro que nem sequer assumiu os compromissos mínimos para a associação. Em contrapartida, sobram razões para se recusar, nas condições de hoje, a pretensão venezuelana de participar da união aduaneira formada por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Se o Congresso aprovar essa participação, atendendo às pressões do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, será cúmplice de mais um erro de política externa - um dos mais graves praticados na gestão petista.

Para começar, falta discutir detalhes técnicos da inclusão de mais um sócio no Mercosul. O governo venezuelano tem conseguido adiar a discussão, embora insista em obter a aprovação do Congresso brasileiro. Se tem tanto interesse, por que não procura eliminar todas as dúvidas definitivamente?

Em segundo lugar, as condições fixadas até agora são muito desiguais e interessam muito mais à Venezuela do que ao Brasil. A maior parte dos produtos venezuelanos poderá entrar livremente no mercado brasileiro a partir de 2010. Os exportadores brasileiros terão a vantagem recíproca dois anos mais tarde. Além disso, a Tarifa Externa Comum (TEC) só deverá valer para o novo sócio a partir de 2014 - e isso na melhor hipótese, pois o governo do presidente Chávez nem sequer aceitou formalmente essa cláusula, essencial ao funcionamento de uma união aduaneira.

Em terceiro lugar, o presidente Hugo Chávez já declarou, para quem quiser ouvir, que pretende entrar no Mercosul para mudá-lo. Não explicou em que consistirá a mudança, nem o presidente Lula parece haver-se importado com isso. Mas os brasileiros menos propensos a fantasias ideológicas não podem menosprezar esse detalhe. Que associação é essa que aceita um sócio que anuncia a intenção de transformá-la segundo seus planos particulares?

Em quarto lugar, não tem sentido, neste caso, tratar separadamente dos objetivos econômicos do bloco e das bandeiras políticas de um candidato a sócio - entre as quais a da “destruição do império”. Só um bloco suicida sujeitaria suas possibilidades de acordos com

quaisquer parceiros às idiossincrasias e preferências ideológicas de um de seus membros, especialmente de um membro não fundador.

O projeto de inclusão da Venezuela deve ser votado hoje pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, quase um mês depois de ter sido aprovado pela Comissão de Relações Exteriores. O relator do projeto na CCJ, deputado Paulo Maluf (PP-SP), votou a favor da aprovação, “apesar de Hugo Chávez”. Segundo Maluf, convém tratar separadamente do país e de seu governante: “A Venezuela é eterna”, disse o deputado, “mas o Chávez é psicopata, cafajeste, palhaço e maluco.”

Mas não há como separar, nesse caso, o país, seu governante e o regime que ele pretende construir. É uma irresponsabilidade avaliar a inclusão da Venezuela no Mercosul, neste momento, sem levar em conta o projeto de poder de seu atual presidente e a possibilidade de instauração, em breve, de um novo regime no país.

Não se trata, ao contrário do que dizem parlamentares favoráveis à aprovação, de interferir na política de um vizinho. Trata-se de evitar, por mera prudência, que o Mercosul aceite como sócio um país que poderá, em breve, estar submetido a uma ditadura, fortemente armada e ameaçadora da estabilidade regional.

Mais que irresponsabilidade, será um erro de proporções amazônicas imaginar que o Mercosul possa domesticar e civilizar um caudilho faminto de poder e disposto a investir bilhões de petrodólares para alcançar seus objetivos políticos.

Até aqui, Brasil e Venezuela têm mantido relações econômicas satisfatórias. Não há por que supor que o intercâmbio possa ser muito melhor com a inclusão daquele país no Mercosul. Mas há razões mais que suficientes para afirmar que esse passo seria muito arriscado. O melhor, portanto, é preservar a relação bilateral nos bons termos de hoje e evitar complicações desnecessárias. Haverá novas oportunidades para reexaminar o assunto.

### **Proposta de queda de subsídios na Europa gera polêmica – Valor Econômico – Agronegócios - 21/11/2007**

A União Européia lançou ontem um polêmico plano de reformas na Política Agrícola Comum (PAC). Apresentadas pela Comissão Européia (braço executivo da UE), as propostas prevêm a redução de parte dos subsídios rurais, a eliminação progressiva de cotas de produção de leite e o fim da garantia de preços para cereais e o corte das ajudas individuais, entre outros pontos. Os temas serão discutidos nos próximos seis meses por ministros da Agricultura, produtores e outras partes envolvidas.

As propostas tentam aprofundar as mudanças da PAC de 2003, através da qual as ajudas aos agricultores deixaram de estar ligadas a seus volumes de produção e passaram a considerar o percentual ligado à quantidade produzida e também à superfície cultivada.

A iniciativa mais polêmica é a redução progressiva dos subsídios às grandes propriedades do continente. Mariann Fischer Boel, a comissária para Agricultura da UE, defende que os produtores com renda de mais de 100 mil euros deveriam ter os subsídios

reduzidos. O cortes cresceriam progressivamente para os que têm renda de 200 mil euros e 300 mil euros. Cerca de 80% da ajuda da UE vai para só 20% das 7 milhões de fazendeiros do bloco.

A proposta afetaria especialmente grandes proprietários do Reino Unido (como a Rainha Elizabeth II e o Príncipe Charles) e as gigantescas cooperativas agrícolas da Alemanha, República Tcheca e da Dinamarca. O Reino Unido advertiu que 6,1 produtores (4% do total) seriam afetados. O ministro alemão da Agricultura, Horst Seehofer, advertiu para as consequências "catastróficas" no leste do país - 5,3 mil seriam afetados.

A outra proposta polêmica da Comissão é o fim dos preços garantidos para os produtores da maioria dos cereais, tendo em conta o "nível elevado dos preços do mercado". Esse mecanismo de intervenção deve recuperar seu objetivo inicial de proteger os agricultores em caso de queda livre dos preços e deixar de ser utilizado de maneira sistemática, diz Bruxelas.

Além disso, Fischer Boel propõe a revisão do modo de concessão de subsídios fixos aos agricultores, deixando para trás a base de rendimento histórico de cada produtor para adotar um critério mais uniforme como a superfície cultivada.

#### **A todo risco – O Globo – Opinião – 22/11/2007**

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou ontem, por 44 votos a 17, a adesão da Venezuela ao Mercosul. A matéria vai agora ao plenário da Câmara e, se aprovada, segue para o Senado, onde pode haver mais dificuldade para a aceitação dessa nova parceria, dadas as críticas feitas por Hugo Chávez aos senadores brasileiros.

O mínimo que se pode dizer da decisão da Câmara é que se trata de uma grande imprudência, tendo em vista o rumo que estão tomando os assuntos na Venezuela, e a personalidade desabrida do seu presidente. Mas também há problemas específicos.

O protocolo de Ushuaia, documento que faz parte dos acordos do Mercosul, estabelece em seu artigo 1º “A plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para o desenvolvimento dos processos de integração entre os Estados partes do presente protocolo.” O documento foi assinado em julho de 1998 na cidade de Ushuaia (Argentina) pelos presidentes de Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Chile. Em caso de ruptura da ordem democrática, o protocolo prevê a suspensão do direito de participar do bloco, até o restabelecimento da democracia no país em causa.

Já se vê, assim, que pela própria constituição do Mercosul, não é possível levar adiante uma tese ultimamente mencionada — a de que não temos de dar palpites no que acontece em países vizinhos.

Não foi assim que se estruturou o Mercosul; e esse tipo de cláusula tem-se mostrado muito útil num continente onde, há não muito tempo, vicejavam os regimes discricionários.

O que fará, neste sentido, o governo Lula? Se, como tudo indica, a democracia venezuelana sofrer novos golpes, e se ficar inviável a ficção da “democracia bolivariana”, vamos, então, votar a exclusão da Venezuela do Mercosul? Isto, sim, seria traumático. Isto, sim, poderia prejudicar as boas relações econômicas atualmente prevalecendo entre Brasil e Venezuela.

Mas a economia é apenas um dos dados do problema. Do ponto de vista político, os riscos são ainda maiores. O Mercosul é uma entidade que ainda está em processo de

consolidação. Não poderia ser diferente, quando se pensa no tempo que levou a construção da Comunidade Européia.

Por aqui, tivemos uma era auspiciosa, quando Brasil e Argentina resolveram deixar para trás rivalidades tradicionais e explorar de fato as possibilidades de uma integração. Depois, as tormentosas peripécias da vida argentina tornaram o cenário mais turvo. O presidente Kirchner, no seu estilo ultrapersonalista, achou que aumentava o seu prestígio dando sucessivas alfinetadas no sócio brasileiro.

Assim se enfraqueceu a coesão do bloco. Tanto isso é verdade que, na mais recente crise entre Argentina e Uruguai, o Brasil não pôde ou não quis apresentar-se como mediador, ou usar da sua influência para amenizar o problema.

Coube a mediação à Espanha — a mesma que o presidente Chávez resolveu transformar em alvo do seu destempero verbal.

Se o Brasil não teve condições de agir como mediador nas suas próprias fronteiras, entre países com quem tem mais afinidades geográficas e políticas, como supor que Brasília vai ser capaz de conter os ímpetus demolidores do presidente da Venezuela — que, aliás, tem deixado explícita sua intenção de disputar com o Brasil a liderança regional? E que, num outro arroubo, disse que só entraria para o Mercosul se fosse para transformá-lo? No Mercosul, pelo sistema de rodízio, o presidente Chávez acabaria exercendo a presidência do bloco. Que efeito isso teria na imagem externa do Brasil, e na administração dos nossos próprios interesses? E como, tendo Chávez a bordo, fazer o Mercosul assinar acordos que não estejam nos projetos retumbantes do candidato a ditador? Por compulsão pessoal, o presidente Chávez queima pontes em todas as direções, e tem a obsessão do combate ao “império” americano. Seu parceiro preferido, no momento, é o presidente do Irã, que não prima pela moderação.

O que tem tudo isso a ver com os interesses do Brasil? O presidente Chávez, por opção pessoal, segue a linha do maior risco nos seus posicionamentos externos, enquanto, internamente, dedica-se a cercar paulatinamente o que ainda existe de liberdades públicas em seu país. Se esta é a sua postura, por que acelerar a entrada da Venezuela no Mercosul? Uma atitude mais prudente indicaria justamente o contrário: adiar essa proposta de adesão até que o autocrata venezuelano diga definitivamente a que veio. É essa atitude que se pode esperar do Senado brasileiro, se, por um acaso, a decisão da CCJ da Câmara for confirmada em plenário.

### **Comissão da Câmara aprova ingresso da Venezuela no Mercosul - Denise Madueño e Rosa Costa – Estado de São Paulo – Nacional – 22/11/2007**

Adesão passa com ampla margem de votos, 44 a 17, mas resistência da oposição no Senado será maior

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou ontem a adesão da Venezuela ao Mercosul. O placar foi amplamente favorável ao governo: 44 votos a favor e 17 contrários. A proposta agora vai ao plenário da Câmara e, depois, ao Senado, onde deve enfrentar resistência maior - a começar pela Comissão de Relações Exteriores, presidida pelo oposicionista Heráclito Fortes (DEM-PI).

“Muita gente da base do governo dormiu ontem (anteontem) chateada e reclamando, e acordou hoje (ontem) satisfeita. A mão forte do governo esteve presente”, acusou o deputado ACM Neto (DEM-BA), que até a véspera contava com várias dissidências de deputados da base governista, principalmente do PMDB. “Se não tivesse havido esse envolvimento muito forte, o resultado seria outro.”

Os partidos aliados ao Palácio do Planalto votaram unidos a favor da proposta. O PMDB ameaçou ficar contra e até levou o governo a pensar em adiar a votação, mas acabou convencido a apoiar a medida. Considerado independente, Nelson Trad (PMDB-MS) foi o único voto contrário da bancada.

O PSOL se uniu à base governista. O PSDB, o DEM e o PPS chegaram à reunião já com a decisão de votar contra a entrada da Venezuela no Mercosul.

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, atuou por telefone. Procurou os líderes aliados e pediu que se empenhassem pessoalmente para conseguir os votos favoráveis à proposta. Coube a eles, durante a sessão, repetir por várias vezes números sobre as exportações brasileiras. “A Venezuela é o terceiro parceiro comercial do Brasil”, ressaltou o líder do governo na Câmara, José Múcio Monteiro (PTB-PE).

Além disso, os líderes governistas fizeram corpo-a-corpo com os integrantes da CCJ. Contavam os votos e a presença de suas bancadas para garantir que a proposta fosse aprovada ontem. Durante cerca de cinco horas, as discussões ficaram em torno do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, e da existência ou não de democracia no país. Até aliados do Planalto que defenderam a aprovação do ingresso da Venezuela no Mercosul criticaram Chávez.

**JUDAS** - “O Chávez é horroroso. Se pudéssemos fazer um boneco dele, faríamos fila para malhá-lo no dia de Judas. Chávez é uma figura horripilante para a América Latina, mas precisamos da parceria comercial com a Venezuela”, justificou o líder do PTB, Jovair Arantes (GO), ao pedir a aprovação da proposta e argumentar que a Câmara não devia entrar na questão política dos outros países.

“Não comungo das idéias de Chávez. Não gostaria de conviver no País com alguém que tenha essas práticas políticas, mas estamos falando de um importante parceiro econômico. Hugo Chávez passa, mas a Venezuela fica”, afirmou o líder do PR, Luciano Castro (RR). Em nome do PMDB, o vice-líder Eduardo Cunha (RJ) anunciou que o partido votaria a favor, mas ressaltou “a discordância com a atuação do presidente Hugo Chávez, com seus métodos e suas falácias”.

Os deputados de oposição mantiveram o discurso de que não há democracia na Venezuela, o que impediria sua entrada no Mercosul, de acordo com o Tratado de Ushuaia, que estabeleceu a cláusula democrática. Insistiram também na idéia de que Chávez tem um projeto geopolítico com interesse de mudar a configuração do Mercosul.

Na defesa da entrada da Venezuela no bloco, governistas defenderam o pluralismo nas relações do Brasil com os outros países e a impossibilidade de julgar decisões políticas



de outros governos. “Não podemos nos transformar em um tribunal arrogante e autoritário”, disse Flávio Dino (PC do B-MA).

**SENADO** - No Senado, o cenário para aprovação do ingresso da Venezuela no Mercosul é menos previsível que na Câmara. Em reunião na terça, a Executiva Nacional do PSDB decidiu votar contra a entrada do país no bloco. Nota divulgada pelo partido afirma que a posição contrária à medida leva em consideração as condições políticas da Venezuela e o fato de não ter atendido aos requisitos técnicos preestabelecidos para a admissão de novos membros no mercado comum. O PSDB avaliou ainda que o comportamento de Chávez “é uma ameaça à democracia em toda a América do Sul”. Já o líder do DEM, senador José Agripino (RN), previu que também seus colegas devem se manifestar contra o ingresso da Venezuela no Mercosul.

#### **Comissão aceita Venezuela no Mercosul – O Globo – Capa – 22/11/2007**

Depois de muito bate-boca entre deputados da base aliada e da oposição, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou por 44 votos a favor e 17 contra a adesão da Venezuela ao Mercosul. **Página 29**

#### **Comissão aprova adesão da Venezuela ao Mercosul – Eliane Oliveira - O Globo – Economia – 22/11/2007**

Votação na CCJ virou duelo entre oposição e governo. Decisão segue agora para plenário da Câmara e, depois, para Senado

##### **Eliane Oliveira**

BRASÍLIA. Por 44 votos a favor e 17 contra, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou ontem a adesão da Venezuela ao Mercosul. O anúncio foi feito pelo presidente da CCJ, Leonardo Picciani (PMDB-RJ), depois de cinco horas de um acalorado debate, que teve como foco o governo do presidente venezuelano Hugo Chávez. Para a oposição, Chávez é um ditador. Para o governo, a Venezuela é maior do que seu presidente e não pode ser isolada na região. Agora, a matéria vai ao plenário da Câmara — o que deverá acontecer até a próxima semana — e, se aprovada, seguirá para o Senado, onde poderá haver mais dificuldade para que seja dado o sinal verde ao ingresso da Venezuela como membro pleno do bloco. Há cerca de quatro meses, os senadores foram alvos diretos de fortes críticas feitas por Chávez, que ficou indignado com uma carta enviada pelos parlamentares pedindo que a emissora de televisão RCTV não tivesse sua licença cassada.

A votação se transformou num duelo, reunindo de um lado dois partidos adversários, o PT e o PSOL, a favor da adesão, e de outro lado, sobretudo, o DEM e o PSDB. O PMDB foi o fiel da balança. O líder do governo, José Múcio (PTB), teve que intervir para convencer o maior partido da base a apoiar a adesão.

Mesmo assim, Marcelo Itagiba (RJ) chegou a encaminhar proposta de condicionar a adesão a um pedido de desculpas de Chávez ao Congresso.

A rebeldia dos peemedebistas começou na noite de terça-feira, quando um grupo articulava a apresentação de uma proposta de adiamento da votação, de olho na diretoria de Exploração da Petrobras. O líder do governo na Câmara, porém, conseguiu convencer os deputados a votar com o governo.

— Não prometemos nada, até porque há muitas coisas a serem decididas aqui ainda — afirmou José Múcio.

Durante a sessão, um dos mais críticos à entrada da Venezuela no Mercosul foi o deputado ACM Neto (DEM-BA): — O Brasil não pode dar um cheque em branco a um ditador que quer não só se armar, mas gerar problemas futuros de médio e longo prazo.

Vamos compor um mercado comum com um ditador? Efraim Filho (DEM-PB) disse que aprovar a entrada da Venezuela seria “abrir as portas para Chávez avançar por sobre o Cone Sul”. Já para José Genoíno (PT-SP), a consolidação do bloco é o que se tem de mais moderno na geopolítica mundial.

Ele lamentou que não estivesse sendo levado em conta a Venezuela como país, e sim seu governo. Chico Alencar (RJ), do PSOL, defendeu a entrada da Venezuela, mas deixou claro que é contra o governo Chávez, enquanto Ivan Valente (PSOL-SP) atacou a mídia: — Vocês vão derrotar o Chávez e colocar quem no lugar?

**Democracia venezuelana não é tema para Brasil, diz ministro** Após a aprovação do protocolo de adesão, o líder do governo na Casa destacou a parceria histórica do Brasil com o país vizinho e criticou a oposição por tentar politizar a matéria.

Múcio disse que a relação comercial com a Venezuela é amplamente favorável ao Brasil e que não se deve valorizar demais a figura de Chávez, que é passageira, enquanto a parceria comercial continuará: — Se o Chávez quer aparecer, a CCJ brindou isso a ele.

O discurso no Congresso estava alinhado na Esplanada. Enquanto as discussões corriam, os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Paulo Bernardo, davam declarações de apoio à entrada da Venezuela no bloco.

— A Venezuela importa do Brasil. É um mercado bom e é um país importante na América do Sul — disse Mantega.

Já Paulo Bernardo enfatizou que não cabe ao governo brasileiro entrar na discussão sobre democracia na Venezuela: — Essas avaliações devem ser feitas por organismos internacionais

**Importação de alimento deve bater recorde, afirma FAO** – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 22/11/2007

**Altas nos preços devem fazer com que volume global seja de US\$ 745 bi no ano - Pascal Lamy, diretor da OMC, disse que subida nos preços é um fenômeno cíclico e que deverá ser corrigido "a médio prazo"**

A explosão nos preços das matérias-primas agrícolas levará o volume global de importação de alimentos a bater um recorde histórico neste ano, atingindo US\$ 745 bilhões, 21% a mais que no ano passado. A previsão está num relatório da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação), que alerta para os efeitos negativos das altas para os países pobres que dependem de importações de alimentos.

Segundo o estudo, apresentado ontem na OMC (Organização Mundial do Comércio), o custo da cesta básica de alimentos para os países menos desenvolvidos será neste ano duas vezes maior que em 2000.

O relatório da agência da ONU não cita produtos específicos, mas destaca que as altas foram puxadas principalmente pelo setor de grãos e laticínios. "O índice de alimentos da FAO subiu 9% em 2006 em comparação com o ano anterior. Em setembro de 2007, ele estava 37% mais alto que no mesmo período do ano passado."

O relatório lembra que períodos de altas nos preços das commodities não são incomuns nos mercados agrícolas, embora costumem ser mais curtos que os mercados por preços baixos. Mas vê uma diferença no que ocorre hoje. "O que distingue a situação atual é como o fenômeno se espalhou, atingindo não apenas algumas, mas quase todas as principais commodities de alimentos."

Entre os motivos citados pela FAO para o salto dos preços estão o aumento das importações de alimentos -causado pela demanda crescente-, a queda no volume de ajuda alimentar para os países pobres, que este ano deve ser 45% menor que há oito anos, o encarecimento dos cereais e os maiores custos dos fretes marítimos, que subiram 400% desde 1999.

"É importante notar que, com exceção do primeiro fator [que deriva da incapacidade dos países em ter uma produção que supra a sua demanda interna de alimentos], todos os outros são externos e fora do controle dos governos."

Questionado pela Folha sobre os possíveis efeitos negativos das altas das commodities agrícolas, o diretor da OMC, Pascal Lamy, não se mostrou preocupado. Para ele, trata-se de um fenômeno cíclico, que "fatores estruturais" tratarão de corrigir "a médio prazo".

"Calculo que as forças de mercado farão esse ajuste a médio prazo, com um aumento da produção que atenda à demanda crescente", disse Lamy, repetindo seu mantra habitual, de que a conclusão da estagnada Rodada Doha será um passo positivo para a economia mundial. Entre outros motivos, porque ajudará a estabilizar os preços das matérias-primas.

**Argentina propõe que Mercosul taxe a exportação agrícola** - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 22/11/2007

A Argentina quer discutir com os sócios do Mercosul a adoção de taxa na exportação de produtos agrícolas pelo bloco. Buenos Aires já cobra o imposto de seus exportadores, desde que os preços das commodities dispararam. "Não nos critiquem, juntem-se a nós", é a mensagem argentina para Brasil, Uruguai e Paraguai, em vista da cúpula do bloco nos dias 17 e 18 de dezembro, em Montevidéu, onde gostaria de ver o assunto debatido.

Para o secretário de Comércio Internacional da Argentina, Alfredo Chiaradia, o momento é propício, por causa do excesso de demanda que manterá os os preços elevados. "No mercado internacional não há grãos, produtos lácteos ou carne em quantidade suficiente, a demanda é bem maior que a oferta e essa mudança é estrutural", afirmou. "Se não adotássemos a medida, os exportadores argentinos venderiam tudo para fora." Se a renda aumenta, também existe o risco de a exportação crescer em volume excessivo, deixar menos comida em casa e a inflação subir, argumenta o argentino.

Para Chiaradia, a taxa merece ser examinada pelos sócios, porque "está comprovado pela situação do mercado de commodities que é um instrumento bom, útil e não extemporâneo, e em vez de nos criticarem que discutam conosco (sobre sua aplicação)".

Prevendo um "ciclo confortavelmente longo" de alta de preços para os exportadores do Mercosul, o governo argentino também se indaga por que ainda necessita negociar liberalização agrícola na OMC, onde terá de pagar em contrapartida na área industrial.

Chiaradia se diz surpreso ao constatar como "alguns países não fizeram as contas corretamente", para perceberem que a situação mudou. Com os preços agrícolas em alta, os países ricos têm condições de abrir mais seus mercados e reduzir substancialmente os subsídios, porque seus agricultores necessitam de menos subvenções e podem "afrontar o mercado".

De outro lado, estima que os ricos também já levariam vantagem na área industrial com a oferta de corte tarifário de 50% pelos emergentes. A Argentina alega que isso afetaria 25% das alíquotas aplicadas (2.200 linhas tarifárias), em setores como têxteis, calçados, equipamentos e autopeças. O governo argentino se diz pronto a fechar um acordo na negociação global, "se outros não pedirem a lua" na área industrial. Indagado se a Argentina não pedia a lua na área agrícola, ele retrucou: "Já temos."

Ou seja, com ou sem acordo na Rodada Doha, Brasil, Argentina e outros exportadores vão continuar vendendo muito, em meio à enorme demanda global. "A UE fechava o mercado, porque seu preço interno era mais alto que o internacional e queria proteger seu produtor. A situação se alterou completamente."

A Argentina, recentemente, aumentou a retenção sobre exportações de soja, milho e trigo. Produtores brasileiros, que importam 70% de seu trigo do mercado vizinho, ficaram irritados. Para justificar a tributação, Buenos Aires argumenta que, além do boom dos preços internacionais, os exportadores foram beneficiados pela desvalorização do peso em 2002 e pela manutenção de um câmbio alto por longos anos. As retenções sobre exportações são importante fonte de receita da Argentina. Com a elevação recente da taxa, o governo deve arrecadar US\$ 1,5 bilhão a mais.

**Ministério da Agricultura avalia que taxaço é um erro** - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Brasil - 22/11/2007

Alinhado com a defesa dos produtores rurais, o Ministério da Agricultura vê na iniciativa argentina uma tentativa de frear a perda de mercados externos provocada pela política de retenções de seus produtos. "Ocupamos espaço da Argentina no mercado mundial de carne e vamos fazer o mesmo na soja e no milho. Vejo a iniciativa como uma idéia para evitar uma perda de espaço ainda maior para o Brasil", avaliou, por telefone, de Roma, o secretário de Relações Internacionais do Agronegócio do Ministério da Agricultura, Célio Porto. "Querem nos levar a adotar a mesma política. Temos mais é que aproveitar o erro da política agrícola deles para ocupar mais espaço no mercado internacional dessas commodities."

O secretário marca bem as diferenças de ênfase entre os parceiros comerciais: "Estamos mais para incentivar as exportações, inclusive com recentes subsídios ao algodão e à soja. Eles vivem um retrocesso em política agrícola. A Argentina tem punido quem é mais competitivo. No Brasil, seria um contra-senso tributar um setor tão dinâmico e competitivo", afirma.

Segundo a avaliação do dirigente, os argentinos só puderam operar o sistema porque não tiveram planos econômicos nem quebras de safras tão graves como os produtores brasileiros. "Além disso, abandonamos a política de tributar mais as matérias-primas e menos os produtos processados desde a Lei Kandir, o que é uma política de país desenvolvido", afirma. "Há algumas diferenças entre nós. A Argentina tem câmbio mais desvalorizado e pode taxar sem prejudicar a renda do produtor. Aqui, os produtores estão endividados e precisam de renda para pagar seus débitos", diz.

**Governo prevê luta por adesão da Venezuela** - Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 23/11/2007

Parlamentares de oposição prometem 'levantar barricadas' contra protocolo de entrada do país vizinho no Mercosul

BRASÍLIA. O governo avalia que o processo de adesão da Venezuela ao Mercosul passa por um de seus momentos mais delicados. Embora tenha conseguido aprovar a entrada do país na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o Executivo assiste à ameaça de obstrução da matéria no plenário da Câmara pela oposição e já prevê uma luta árdua no Senado, onde parlamentares, como o líder do DEM na Casa, Agripino Maia, prometem "levantar barricadas" contra o protocolo de adesão.

No cenário externo, a situação também se complica. Tradicionais adversários políticos do venezuelano Hugo Chávez, os presidentes da Colômbia, Álvaro Uribe, e do Peru, Alan García, chamaram a Venezuela de volta à Comunidade Andina de Nações (CAN). Chávez decidiu sair do bloco ao assinar, em meados do ano passado, o protocolo de adesão ao Mercosul.

Levando-se em conta a volatilidade do humor do líder venezuelano, nada impede que haja uma reviravolta.

Chamado, entre outros nomes, de cafajeste e ditador pelos parlamentares da oposição nas discussões para aprovação do protocolo de adesão, Chávez vem se mantendo quieto, mas pode reagir a qualquer momento, especialmente se aumentar o grau de dificuldade no Congresso brasileiro.

Especialistas temem prejuízo nas relações comerciais Segundo fontes da área diplomática, as provocações e um eventual veto ao protocolo no Congresso poderão afetar até mesmo as ótimas relações econômicas entre Brasil e Venezuela.

Afinal, se o Brasil vende tanto para os venezuelanos, com um superávit de nada menos do que US\$ 3 bilhões, é país concede preferências às importações brasileiras.

O presidente da Câmara de Comércio Brasil-Venezuela, José Francisco Marcondes, vai além. — Não há dúvida de que as relações econômicas bilaterais serão prejudicadas. Todos os benefícios negociados ao longo dos últimos 20 anos entre ambos os países estão embutidos dentro do protocolo de adesão que hoje está em fase de votação.

Ao cair, cai todo o comércio junto — afirmou.

Na Câmara, o DEM já decidiu obstruir a votação do protocolo no plenário, ou seja, os parlamentares registrarão presença, mas não votarão o texto.

Os tucanos devem acompanhar o procedimento. A situação preocupa o líder do governo na Casa, Beto Albuquerque (PSB-RS).

— Quem perde com isso é o Brasil, que é o carro-chefe do Mercosul. É extremamente interessante para nós termos no Mercosul o quarto PIB (Produto Interno Bruto, conjunto de bens e serviços produzidos no país) da América Latina. O Mercosul precisa se fortalecer — disse o parlamentar.

Partido de oposição ao governo, o PSOL também decidiu defender o ingresso dos venezuelanos como sócios plenos do bloco. De acordo com o deputado Chico Alencar (RJ), um país rico em petróleo e com o potencial econômico como a Venezuela não pode ser desconsiderado. Sobre a classificação de Chávez como ditador, feita por DEM e PSDB, Alencar comentou: — Quem dera que qualquer general brasileiro tivesse sido eleito duas vezes pela população e se submetido a um referendo rogatório de mandato.

Para líder do DEM, bloco se tornaria ‘Mercochávez’ Mas esses argumentos não terão qualquer efeito no Senado, alvo de críticas do venezuelano.

É o que prometeu o líder do PSDB no Senado, Artur Virgílio (AM): — Vai ser difícil (o protocolo) passar até nas comissões.

No plenário, então, a matéria poderá sem ser votada.

Já o líder do DEM no Senado, Agripino Maia, fez um trocadilho: — O Mercosul com Chávez será um Mercochávez.

**'Concorda com ingresso da Venezuela no Mercosul?'** – Estado de São Paulo – Nacional  
– 23/11/2007

#### Debate – **SIM**

Não há nenhum argumento razoável capaz de justificar a não-entrada da Venezuela no Mercosul. É certo que uma das cláusulas do bloco, a exemplo de vários outros organismos multilaterais, defende o princípio da democracia. Nem por isso estes deixam de abrigar países com regimes não-democráticos.

A situação política interna na Venezuela está indefinida. Isolá-la não seria conveniente nem para o Mercosul, nem para o Brasil e nem mesmo para os Estados Unidos. O caminho da construção das democracias sul-americanas é sinuoso e difícil. Mas parece

não haver lugar duradouro para regimes que não se enquadrem em parâmetros democráticos.

A história da diplomacia brasileira sempre se pautou pelo multilateralismo - tradição que nem sequer foi rompida durante o regime militar. As relações internacionais dos diversos países se definem pelo pragmatismo de interesses. Desse ponto de vista, é do interesse do Brasil ampliar a integração para além dos atuais parceiros do Mercosul, alargando-a para toda a América do Sul.

A integração comercial, da infra-estrutura e energética é uma resolução irredutível, ditada pela necessidade e pelo processo que está em curso na região. Impedir o ingresso da Venezuela representaria apenas o adiamento de um evento que será inevitável.

A entrada da Venezuela no bloco representará a totalização de 76% da produção sul-americana integrada no Mercosul. A Venezuela é o terceiro parceiro comercial do Brasil na região e tem a maior extensão de fronteiras com o nosso país. Empresas brasileiras investiram mais de R\$ 20 bilhões no país vizinho e querem investir mais. Nenhum contrato está sendo ameaçado e há plena garantia dos investimentos.

O Brasil se tornou, hoje, o principal investidor de IED (Investimento Estrangeiro Direto) nos países da América Latina. Os interesses do mercado e os interesses do Estado, nesse sentido, devem convergir para um único ponto: a integração regional.

Por fim, a tradição do realismo político recomenda que nenhum país tem o direito de dar lições de moral ou de democracia a qualquer outro. Nós, brasileiros, precisamos, antes de tudo, fazer nossas lições de casa. **\*Aldo Fornazieri, diretor acadêmico da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP)**

## NÃO

Não é a Venezuela; tampouco vantagens comerciais. No passado, éramos mais exigentes com a qualidade e a natureza do regime, a estética banana, o exemplo. Com razão, desqualificávamos os sucessos do Chile de Pinochet; demonizávamos os EUA por apoiarem ditaduras; combatíamos Franco e Salazar. Mas aquela radicalidade se perdeu.

De fato, Hugo Chávez não chega a Pinochet e o antiamericanismo beirava o esquerdismo; a Venezuela não é a antiga Espanha, as condições de Portugal eram outras. Mas algo incomoda: a “democracia” venezuelana só pode ser assim nominada se estiver entre aspas.

O homem é o estilo. Personalista, fanfarrão, truculento, belicista, caudilho não são qualidades democráticas. O coronel é o epicentro dos conflitos em seu país e a negação de um novo pacto; verbosidade que acirra discórdia e encerra diálogos; deselegância que rompe respeito e estabelece intolerância; bravatas que impõem desconfiança; arrebatamento, qualidade dos não-sábios. Para que um companheiro desses?

Éramos mais exigentes, talvez, porque o poder fosse quimera. Agora, diante dele, alguns se encantam: construir uma “democracia” baseada no líder e na sua relação direta com as massas, talvez. Na fácil retórica antiimperialista, desconsiderar o Estado de Direito, modificar oportunamente regras eleitorais, erigir regime plebiscitário, modular a voz do povo como forma de calar a crítica. Também o nazismo teve apoio; Stálin foi deus; Mussolini, pop.

A democracia, a economia e a sociedade contemporâneas requerem relações de outro tipo, a começar pela despersonalização, alternância de poder, pela admissão da alteridade, pela liberdade de expressão. Uma sociedade pode ser desigual, mas precisa ser livre. Sem liberdade, jamais deixará de ser desigual.

Argumentos de toda ordem são utilizados para justificar a permissividade: sob o Mercosul, Chávez estaria contido e pior seria isolá-lo. Será? Apenas isso moderaria a fúria e alteraria a dinâmica política que implementou e parece difundir? Há também o interesse econômico; a balança comercial acima dos valores. Voltamos ao começo: no passado, éramos mais exigentes. **\*Carlos Melo, cientista político, doutor pela PUC-SP, professor de Sociologia e Política do Ibmec São Paulo. Autor de Collor: o ator e suas circunstâncias**

**Chávez agradece a Lula por CCJ aprovar país no Mercosul** – Fabiano Maisonave –  
Folha de São Paulo – Brasil – 24/11/2007

**Venezuelano lembra que brasileiro defendeu que país vizinho não é uma ditadura - Secretário-geral do Itamaraty, Samuel Pinheiro Guimarães, também foi lembrado pelo presidente venezuelano, que o chamou de "muito amigo"**

Enfrentando um momento tumultuado no cenário internacional e em plena campanha eleitoral, o presidente venezuelano, Hugo Chávez, agradeceu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, aos deputados brasileiros e especialmente ao secretário-geral do Itamaraty, Samuel Pinheiro Guimarães, pela aprovação do ingresso da Venezuela ao Mercosul na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara.

"Vamos agradecer aos senhores deputados e deputadas do Brasil, a Lula da Silva, a Celso Amorim, o chanceler. Vou agradecer pessoalmente ao meu amigo, o vice-chanceler do Brasil, Samuel Pinheiro Guimarães, muito amigo, um intelectual brasileiro de quem eu gosto e respeito muito há bastante tempo", disse Chávez anteontem, durante ato de sua campanha eleitoral em torno do referendo sobre a reforma constitucional, no domingo. "[Guimarães] foi ao Congresso, Lula o mandou para defender, porque alguns continuam dizendo que a Venezuela é uma ditadura. Aqui não tem ditadura, mas alguns se confundem pelas campanhas internacionais, as campanhas midiáticas", discursou, com transmissão pela TV estatal.



"Nós estávamos de costas para o Brasil, de costas para a Argentina, toda a vida. Aqui se acabaram os "miameros" [que viajam a Miami], agora serão os brasileiros, "argentineros", "pernambuqueros" [pernambucanos]", disse Chávez.

Com fama de "antiamericano", Guimarães ocupa o segundo posto mais importante do Itamaraty e é, como Chávez, um duro opositor da quase esquecida Alca (Área de Livre Comércio das Américas).

Chávez voltou ainda a agradecer Lula pelo apoio dado na semana passada ao seu projeto de reforma constitucional, que inclui a reeleição indefinida apenas para presidente e aumenta o mandato de seis para sete anos. As mudanças também darão direito ao presidente de criar unidades territoriais, como municípios e províncias, e de administrar diretamente a política monetária.

"Lula me disse em privado [na cúpula do Chile], e isso não saiu na opinião pública. Agora Lula disse publicamente: "Ah, acusam Chávez de ditador porque está propondo uma reforma para ir a outro período. E por que não acusaram de ditador Margaret Thatcher, ditadora que governou até se cansar na Inglaterra?", disse.

#### **Venezuela não segue normas para Mercosul – O Globo – Capa – 24/11/2007**

A tentativa de levar a Venezuela para o Mercosul não esbarra só em dificuldades políticas — se o país é ou não democrático. Ele também não cumpriu critérios técnicos, como a divulgação do cronograma para liberar o comércio, alertam especialistas. Página 47

#### **Mercosul: impasse técnico com Chávez - Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 24/11/2007**

Anunciaram ingresso da Venezuela antes da negociação comercial', diz Ricupero  
BRASÍLIA. O impasse no Congresso brasileiro em relação à entrada da Venezuela no Mercosul tende a ultrapassar o debate sobre a democracia no país comandado por Hugo Chávez.

Especialistas ouvidos pelo GLOBO alertaram para uma questão de ordem técnica, que certamente será explorada pela oposição, quando o protocolo de adesão for para o Senado: o fato de os venezuelanos não terem apresentado um cronograma de liberalização do comércio com os quatro sócios do bloco — Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. O documento foi assinado em julho de 2006, em Caracas.

Para o diretor da Faculdade de Economia da Fundação Armando Álvares Penteado (Faap), Rubens Ricupero, o politizado debate que ocorre hoje está fora de rumo. Ex-ministro da Fazenda, Ricupero, que foi presidente do Conselho do Gatt (Acordo Geral de Tarifas) em 1990, lembrou que o Mercosul é união aduaneira, e, como tal, o país que quer entrar precisa pagar uma espécie de pedágio.

— Anunciaram o ingresso da Venezuela antes do início da negociação comercial. É algo difícil de compreender. A China, por exemplo, levou mais de dez anos para conseguir

entrar na OMC (Organização Mundial do Comércio). Nunca vi caso parecido no mundo — afirmou o diplomata, que também foi secretário-geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad).

Apesar de não ser contrário à entrada da Venezuela no Mercosul, Ricupero avalia que o ingresso político do país está sendo privilegiado sobre a negociação do cronograma de liberalização, que chegou a ser adiada ao menos duas vezes, a pedido da Venezuela.

Itamaraty: país tem acordo de preferência tarifária O diplomata acredita também que a cláusula democrática de Ushuaia, que expurga os países latino-americanos que ferirem os princípios democráticos, ajudará o Mercosul, caso a democracia venezuelana realmente seja afetada.

— Todos tratam a Venezuela como se fosse uma ditadura. É um exagero — afirmou. Para José Botafogo Gonçalves, ex-negociador-chefe para assuntos do Mercosul, a questão do cronograma é importante, pois “o Mercosul é um acordo econômico-comercial”.

Já Sérgio Amaral, ex-embaixador do Brasil na França, destacou que o processo de adesão de um país ao Mercosul deve significar, entre outros fatores, a incorporação do acervo normativo do bloco.

— A Venezuela não diz quando nem como vai incorporar esse acervo, incluindo a Tarifa Externa Comum (TEC).

Na visão do Itamaraty, não há motivo para preocupação.

Tanto que, afirmam diplomatas envolvidos na negociação, os congressos de Uruguai e Argentina já aprovaram o protocolo de adesão. Além disso, dizem, a Venezuela já tem um acordo de preferências tarifárias com os países do bloco.

### **Por que um banco do sul não é uma boa idéia - Jairo Saddi – Valor Econômico – Opinião - 25/11/2007**

Proposta apresentada pelo atual presidente da Venezuela, estabelecendo a criação de um banco específico do Cone Sul para fomentar o desenvolvimento regional, deve ser veementemente rechaçada. É uma idéia antiga, mal-acabada e pode se transformar em mais uma proposta que deveríamos ter rejeitado. A principal justificativa para a sua criação é que um programa de apoio a uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo do crédito e do desenvolvimento não pode estar sujeita às políticas cíclicas da economia mundial e, claro, faz sentido, o continente se afastar do domínio americano. Em dezembro, sete países sul-americanos, entre os quais o Brasil, devem participar da assinatura da constituição do Banco do Sul, com capital integralizado que pode chegar a US\$ 7 bilhões e atividades previstas para o início de 2008. Os países fundadores poderão se tornar 12, a julgar pelas declarações do presidente Álvaro Uribe, da Colômbia, que afirmou que a fundação do Banco do Sul é mais uma "declaração de solidariedade e irmandade" do que uma rejeição às instituições multilaterais internacionais que já existem e operam há muito, como o BID, o Banco Mundial e mesmo o FMI.

A fundação do banco não é uma boa justificativa econômica por qualquer dos ângulos que se analise o tema. A idéia de criar uma instituição financeira específica para o continente é adicionar o ultraje ao insulto. Uma política pública para a América do Sul que se sustente deve prescindir do conceito bizarro de que um banco gerido por sul-americanos é melhor do que um gerido por norte-americanos. Bons projetos são bons aqui e acolá, e banco de fomento é coisa séria demais para estar nas mãos de pessoas como Chávez.

Há o sentimento generalizado de que o que se pretende é mais o uso da máquina pública atual da Venezuela, financiada pelos petrodólares americanos e europeus, e que funciona como eficiente catalisador do crescente populismo chavista, do que efetivamente uma instituição de fomento para as reformas necessárias ao Cone Sul.

A resposta do Brasil é dúbia. Por um lado, o ministro Mantega afirma que o Brasil acaba mostrando menos interesse por ter maior capacidade de crédito internacional, mas por outro afirma que o Brasil apóia o projeto "porque irá beneficiar os seus parceiros comerciais e os seus negócios com o Brasil". Assim, aprova a empreitada em prol de uma política de relações internacionais mais afirmativa. Claro, se o país puder obter vantagens laterais - maior oferta energética, por exemplo -, não seria ruim afirmar que apóia a iniciativa. O problema é o custo de tal apoio - e o tipo de hipoteca do futuro que estamos fazendo com alianças desse tipo. A privatização do gasoduto da Bolívia é um exemplo real e recente que não deixa dúvidas sobre o tipo de sócio a que estamos nos aliando.

---

### **Bons projetos são bons aqui e acolá, e banco de fomento é coisa séria para estar nas mãos de pessoas como Chávez**

---

Prova disso é a idéia do primeiro projeto a receber financiamentos do Banco do Sul. Apesar do discurso oficial, de que "o banco terá entre suas orientações financiar aqueles programas que apontem para a integração entre nossos países", o gasoduto que a Venezuela pretende construir, tendo uma reserva grande de gás - esse país acredita que é possível unir a América do Sul com um grande gasoduto que passe pelo Brasil e termine na Argentina -, nada tem de integração solidária e complementar, mas claro cunho político hegemônico.

Não se deve esquecer de que o Brasil ainda está a se recuperar do nosso último parceiro de gasodutos, a Bolívia. E apesar de precisarmos do gás venezuelano, é uma idéia canhestra ter um sócio como Chávez e ingenuidade pretender liderar um consórcio para assumir o desafio de construir a extensa canalização. Melhor seria cuidar da segurança pública, que anda um descabro e que afeta milhões de brasileiros. O projeto do gasoduto prevê o transporte de gás por mais de 12.500 quilômetros, passando pelos principais centros econômicos do Brasil, e já conta com um protocolo de intenções entre a Petrobras e a PDVSA, empresa petrolífera venezuelana. Não acabou vingando como previsto e a engenharia básica do projeto exclui o Brasil, mas deverá estar concluída até dezembro de 2008 com a interligação com Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai.

Nossa incapacidade para a assertividade levou à aguda indecisão de quanto e como será a participação do Brasil. De acordo com Mantega, a composição do capital do Banco do Sul ainda não está totalmente acertada (apesar dos investimentos já estarem) e, primor da verve rocambólica oficial: "O Brasil vai definir qual parcela colocará. É claro que não é dos países que vai colocar menos capital e está entre os que vão dar mais. Mas quanto e de que forma, ainda não está definido". Mesmo assim, entende-se que o volume de capital a ser aportado por cada país "vai pesar" na formação da diretoria da instituição. Ou seja, seremos sócios majoritários - mesmo sem os benefícios do controle. E para não pairar qualquer dúvida sobre os sérios propósitos do banco, o ministro afirmou: "Não é um banco de aventuras. É um banco profissional, eficiente, que vai ter rating e financiar projetos sérios", ressaltando que os países integrantes fizeram ajustes fiscais importantes em suas economias e "têm solidez maior que alguns países desenvolvidos".

O que o ministro Mantega não explicitou é que esses países "sólidos" não têm instituições, inclusão social, políticas críveis e consistentes e que até hoje se mostram

francamente hostis ao Brasil em matéria econômica. Enquanto é hora, vamos abandonar a idéia do Banco do Sul e deixar dessa bobagem de Brasil potência e líder da América do Sul.

**Jairo Saddi é doutor em Direito Econômico (USP), Pós-Doutorado pela Universidade de Oxford. É diretor do Ibmec Direito, do Ibmec São Paulo.**

**Árvore transgênica acelera absorção de poluentes do solo** - Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 25/11/2007

Ainda está no campo da experimentação, mas cientistas americanos apresentaram a primeira árvore transgênica capaz de absorver de forma rápida uma quantidade significativa de poluentes do solo. O estudo, publicado no mês passado no periódico da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos, abre novas possibilidades à fitoremediação, técnica que utiliza plantas para remover ou reduzir substâncias tóxicas no ambiente.

Para os cientistas, é um avanço e tanto: até então, as pesquisas emperravam na baixa capacidade de absorção de poluentes das plantas convencionais e no longo tempo que elas gastavam para fazer isso.

Agora, com o anúncio da Universidade de Washington, em Seattle, os holofotes voltam-se para o álamo, árvore de casca lisa e acinzentada típica dos países de clima temperado. Os cientistas mostraram que a espécie geneticamente modificada consegue absorver até 91% de tricloroetileno, o contaminante mais abundante no solo americano. Utilizado sobretudo por indústrias, como solvente, a substância é considerada cancerígena. O álamo convencional absorve apenas 3% do poluente.

A planta transgênica também conseguiu sorver o contaminante em uma velocidade 53 vezes maior que a convencional. "Isso é importante porque a fitoremediação é vista como uma forma lenta de solucionar contaminações em larga escala", explicou ao Valor o engenheiro ambiental Stuart Strand, co-autor do estudo. "Por isso, em vez de serem limpas, muitas áreas contaminadas acabam sendo simplesmente abandonadas", afirmou ele.

Estima-se que existam hoje nos EUA cerca de 12 mil áreas extremamente contaminadas e outras 500 mil propriedades comerciais contaminadas abandonadas no país.

"É um problema mundial, e por isso pesquisadores dos EUA, da Europa e da Ásia trabalham há anos no mapeamento de espécies acumuladores naturais de cada país", disse Strand. Ele explicou que a fitoremediação é mais atraente do ponto de vista ambiental e econômico se comparado a outras técnicas - uma delas é sugar a água do solo e deixar que os contaminantes evaporem. "É destrutivo e caro", disse.

O que se conseguiu com o álamo transgênico foi justamente acelerar o processo de quebra do tricloroetileno com a manipulação de uma enzima-chave - a P450 2E1, advinda do gene de um coelho-, responsável pela transformação do poluente em subprodutos inócuos à saúde e ambiente.

Além disso, o álamo transgênico teve boa resposta na remoção de clorofórmio (usado como anestésico), cloreto de vinila (plásticos) e tetracloreto de carbono (solvente). Pesquisas com espécies de 15 centímetros, mantidas em recipientes fechados, também conseguiram capturar mais gases poluentes que a planta convencional.

Sua comercialização, no entanto, não é possível ainda. Os cientistas de Seattle precisam agora testar a planta fora do laboratório, em uma situação real em que ela possa atingir o seu tamanho normal. Isso levará mais três a quatro anos.

Outro entrave é que a pesquisa com transgenia nos EUA é limitada a campos experimentais. "Cada área contaminada terá de ter permissão especial para usar a planta. As regras são cada vez mais rígidas e o controle é alto", disse Strand.

Muitos americanos vêem organismos geneticamente modificadas com suspeita. Mas os pesquisadores defendem que o álamo é uma boa escolha. Um fator de biossegurança é que a espécie cresce rapidamente e passa de sete a dez anos sem florescer (o que pode ser evitado também com poda preventiva). E ao contrário de outras árvores, garantem, os ramos da espécie transgênica não originam outras árvores quando caem no chão.

### **Mercosul deve ter acordo com Israel - Ariel Palacios – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 26/11/2007**

Segundo ministro argentino, detalhes para livre comércio deverão ser acertados até o fim desta semana

O Mercosul deve acertar nesta semana os detalhes finais do acordo de livre comércio com Israel. O anúncio foi feito ontem pelo secretário de Relações Econômicas Internacionais da Chancelaria da Argentina, Alfredo Chiaradía, em Buenos Aires.

De acordo com Chiaradía, nos próximos dias, em Genebra, na Suíça, poderiam ser fechados os detalhes do acordo, que seria formalmente assinado pelos presidentes dos sócios do bloco na próxima cúpula do Mercosul.

O encontro entre presidentes será realizado em Montevidéu, no Uruguai, nos dias 17 e 18 de dezembro. Analistas em Buenos Aires consideram que o acerto com Israel será um revés para o presidente da Venezuela, Hugo Chávez.

O líder bolivariano, nos últimos anos, aproximou-se intensamente do Irã, inimigo de Israel. O resultado foi uma elevada tensão diplomática entre os dois países. Atualmente, Israel não tem mais embaixador em Caracas, apenas um encarregado de negócios.

No entanto, a Venezuela não poderia colocar obstáculos à assinatura do acordo com Israel, uma vez que Caracas não integra plenamente o Mercosul, pois sua entrada ainda não foi aprovada pelo Congresso Nacional do Brasil. 'O Mercosul hoje negocia com seus quatro países membros', explicou Chiaradía.

De acordo com ele, 'a gente não pode negociar com hipóteses no meio'. O secretário também ressaltou que 'não há nenhuma conotação pela pretensão da Venezuela entrar no Mercosul. O acordo com Israel está sendo conversado há um par de anos'.

Em diversas ocasiões, Chávez desferiu duras críticas contra Israel e sua política no Oriente Médio. Além disso, os ministros e secretários de Chávez costumam fazer ocasionais declarações antijudaicas. Para complicar, o Irã considera que o governo do presidente argentino, Néstor Kirchner, atende a interesses de Estados Unidos e Israel.

**ATRASOS** - Nas últimas semanas, Chávez assinou quatro acordos bilaterais com o Irã. No total, atualmente, existem 186 acordos bilaterais entre Caracas e Teerã. Dessa forma, o acordo do Mercosul com Israel complicaria a posição de Chávez.

'Essa negociação poderia ter sido concluída no primeiro semestre deste ano, mas, por diferentes motivos, atrasou', explicou Chiaradía. O acordo com Israel está sendo negociado desde 2004. Os atrasos foram causados, principalmente, por divergências no comércio de produtos agrícolas.

#### **Mercosul pode assinar em 2008 acordo de livre comércio com Israel - Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 26/11/2007**

O primeiro acordo de livre comércio do Mercosul com um país de fora da América Latina pode ser com Israel, no começo de 2008. É o que tentarão fazer as delegações do bloco e do pequeno país do Oriente Médio, na rodada de negociações que começa hoje, em Genebra. "É um acordo próximo da conclusão, embora não se possa garantir que será firmado nessa rodada", informou ao Valor o diretor do Departamento de Negociações Internacionais do Itamaraty, Evandro Didonet.

Segundo participantes das discussões e integrantes do setor privado com interesse no acordo, há ainda obstáculos, como a resistência de Israel em dar tratamento preferencial para exportações do Paraguai e Uruguai, sócios menores do Mercosul, e dificuldades entre Israel e Argentina em torno do comércio de herbicidas para agricultura. Mas a disposição dos parceiros em firmar o acordo já revela, porém, que foi afastada a idéia de fazer o acordo com Israel seguir o mesmo ritmo das negociações com países árabes, um dos principais fatores de atraso nas discussões.

Até meados deste ano, os diplomatas dos países do Mercosul tentaram fazer avançar em conjunto os dois acordos, com Israel e com os árabes reunidos no Conselho de Cooperação do Golfo. A forte oposição da indústria petroquímica brasileira e a decisão dos árabes de priorizarem as negociações com a União Européia, mais avançadas, descolaram as duas negociações e a discussão com Israel está reduzida a poucos pontos e detalhes de texto, que podem ser resolvidos nesta rodada em Genebra - ainda que o Itamaraty não queira criar expectativas.

As negociações com Israel já motivaram protestos de organizações não-governamentais e partidos de esquerda, que acusam os governos do Mercosul de legitimar, com o acordo, a ação de Israel no Oriente Médio, com colônias em territórios reclamados pelos palestinos, que receberiam do governo israelense tratamento discriminatório.

O acordo permitiria ao governo exibir um avanço na política de abertura de mercados e serviria de exemplo ao argumento do governo brasileiro de que a ação comercial não é pautada por critérios ideológicos.

A reafirmação do caráter pragmático das negociações e o empenho para não desagradar os parceiros no mundo árabe era a principal razão - ofensiva - para evitar um acordo em separado. O setor privado brasileiro apóia as negociações, embora grande parte dos empresários, inclusive na direção da Federação das Indústria do Estado de São Paulo (Fiesp), acredite que, se o acordo for alcançado ele terá um efeito mais simbólico que prático.

A balança comercial entre Brasil e Israel está em pouco mais de US\$ 700 milhões, com forte superávit para os israelenses. O país tem importações da ordem de US\$ 50 bilhões, porém, principalmente alimentos, pedras preciosas, petróleo, celulares, motores de automóveis e outros manufaturados. O Brasil exporta a Israel em torno de US\$ 300 milhões anuais, principalmente carne congelada, tubos de cobre e produtos agrícolas, e compra cerca de US\$ 400 milhões, principalmente insumos para agricultura.

As autoridades israelenses argumentam, com os acordos de cooperação econômica que firmaram com o Egito e um mais amplo com a Jordânia, que o tratado de livre comércio com o Mercosul não tem potencial de envenenar a relação entre o bloco e os países árabes. O acordo é negociado desde 2005, quando os países do bloco e Israel firmaram um acordo-quadro sobre comércio. Até hoje, porém, esse acordo-quadro não foi votado no Congresso brasileiro.

A perspectiva de concluir o acordo de livre comércio entre Mercosul e Israel ocorre na mesma semana em que o ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim, participa, como representante do Brasil, das negociações de paz entre israelenses e palestinos convocadas pelo governo dos EUA para a cidade de Annapolis - nas quais os brasileiros serão os únicos participantes da América Latina. Em uma demonstração de que os laços comerciais têm independência em relação à agenda política, Amorim deve reafirmar, em Annapolis, o apoio à devolução de territórios tomados por Israel aos palestinos, e oferecerá ajuda técnica e humanitária, como a prestada ao Haiti e Guiné Bissau por Brasil, Índia e África do Sul.

**'Venezuela entra no Mercosul'** – Janes Rocha – Valor Econômico – Internacional - 26/11/2007

Na segunda entrevista à imprensa desde que foi eleita em 28 de outubro, Cristina Fernández de Kirchner negou que a política externa de seu governo que começa em dezembro, implique em maior aproximação ao Brasil em contraposição a um afastamento da Venezuela.

"A política exterior do presidente Kirchner foi muito clara, outorgar à América Latina um outro lugar. Vamos continuar aprofundando (esta política) e a Venezuela vai ingressar no Mercosul", disse a presidente, lembrando que a entrada do novo sócio no bloco está pendente da aprovação dos Congressos do Brasil e do Paraguai.

Em entrevista ao jornal "Página 12", ao ser questionada sobre uma suposta mudança de paradigma nas relações internacionais, Cristina devolveu a pergunta: "Por que a aproximação com o Brasil deveria supor um afastamento de Chávez, ou minha aproximação com Chávez um afastamento do Brasil?".

A presidente disse que vê na entrada da Venezuela no Mercosul a solução da "equação energética", tema que se tornou o "calcanhar de Aquiles" da economia argentina. "A incorporação da Venezuela é importante, ainda que o Brasil tenha encontrado petróleo. Encontrou a sete mil metros de profundidade e, para ser rentável sua extração, o barril de petróleo tem que estar a cem dólares ou mais."

Disse que a presença do diretor-gerente do FMI Dominique Strauss-Kahn em sua posse é "um gesto de cortesia" e reafirmou a intenção de chegar a um acordo com o Clube de Paris, sob "duas condições": "Não estar sujeitos às condicionalidades do FMI e seguir com a política de crescimento (da economia)". (JR)

## **OMC retoma investigação sobre subsídios - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 28/11/2007**

A Organização Mundial do Comércio (OMC) acionou ontem o prazo para investigar a denúncia de Brasil e Canadá contra 88 programas de subsídios agrícolas dados pelos EUA, em volume que violaria compromissos internacionais. O Órgão de Solução de Controvérsias, principal mecanismo da OMC, estava bloqueado até ontem devido a uma briga política entre China e Taiwan. Os taiwaneses utilizaram o direito de bloqueio para contestar a nomeação de uma juíza da China para o Órgão de Apelação, espécie de suprema corte do comércio global.

Após vários dias de negociações, depois de receber garantias por escrito do diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, sobre a atuação imparcial da juíza chinesa, Taiwan retirou sua oposição e as atividades voltaram ao normal.

Sem surpresas, os EUA bloquearam a demanda de painel (comitê de investigação) do Brasil e do Canadá. Na próxima reunião, dia 17 de dezembro, o pedido será aprovado automaticamente. A briga será então sobre a escolha dos juízes.

Brasil e Canadá alegam que os EUA excederam o volume de subsídios agrícolas autorizado, que é de US\$ 19,1 bilhões, entre 1999 e 2002 e em 2005. Washington contestou tudo e acusou Brasil e Canadá de desviarem recursos, tempo e atenção da Rodada Doha, ao reclamarem de programas que teriam deixado de existir há mais de cinco anos. Já para os brasileiros, está claro que a disputa chama a atenção para a resistência americana em reduzir os subsídios que distorcem o comércio e dão vantagem desleal a seus produtores.

## **Alba é debatida em plenária da Via Campesina Brasil – Sítio Eletrônico do MST – 29/11/2007**

Integrar os povos latino-americanos e construir instrumentos capazes de fortalecer a luta desses povos para avançar na superação da sociedade capitalista. Esses são desafios que estão postos aos movimentos sociais da América Latina e Caribe. O tema foi debatido durante a I Plenária da Via Campesina Brasil, que vai até sexta-feira, dia 30. Entre as possibilidades destacadas está a constituição a Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba).

A Alba é inspirada em experiências de resistência. Durante a plenária foi avaliado que no atual momento histórico, a América Latina tem um acúmulo de ideologia, militantes preparados, elementos materiais e cultura política, ou seja, as bases mínimas para a construção deste instrumento. Ou seja, existe uma união de forças atuando no sentido de garantir a soberania dos povos e instituir princípios baseados na solidariedade.

A plenária discutiu que é preciso reforçar políticas estruturantes dentro da Alba. A educação, por meio da eliminação do analfabetismo e a saúde (de maneira preventiva) foram consideradas como duas medidas urgentes dentro da atuação dentro do bloco. Experiências como a Escola Latino-Americana Paulo Freire (IALA), mesmo com suas dificuldades decorrente dos processos políticos dentro da Venezuela, são importantes nesse processo.

**Conselhos Sociais** - Para além dos interesses governamentais dos países membros da Alba, é necessário que os movimentos sociais se apropriem deste espaço para que suas demandas sejam contempladas dentro do bloco. Deste modo, a Plenária da Via Campesina



Brasil se compromete na construção dos Conselhos Sociais da Alba, cujos membros seriam compostos por representantes dos movimentos sociais de cada região. As articulações estão previstas para o ano de 2008. \*Fonte: Assessoria de Comunicação Via Campesina Brasil

**Fracassa acordo entre Israel e Mercosul** - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 30/11/2007

Ritmo de corte de tarifas de importação é o maior empecilho

A tentativa do Mercosul de fechar um acordo de livre comércio com Israel fracassou. Ontem, em Genebra, as duas delegações não conseguiram concluir o processo, como haviam previsto. Israel insistia em encerrar o acordo logo para evitar que tivesse de negociar com um Mercosul que contasse com a Venezuela.

Nos últimos meses, Caracas tem atacado a política de Israel. A negociação havia sido lançada em 2005 e, desde segunda-feira, as delegações estavam reunidas na cidade suíça com o objetivo de concluir o processo até ontem. Com o fracasso, um entendimento dificilmente será assinado este ano.

A meta tanto do Mercosul quanto de Israel era usar a cúpula do bloco, marcada para o dia 17 de dezembro, em Montevideu, para assinar o tratado, que seria o primeiro de livre comércio do Mercosul com um país fora da América do Sul.

Evandro Didonet, negociador-chefe do Brasil, negou que fatores políticos tenham interferido no fracasso. “Foram questões técnicas que impediram o entendimento”, afirmou.

O acordo não foi fechado por causa da falta de consenso sobre o ritmo do corte de tarifas. Israel pedia que alguns de seus produtos pudessem entrar no Mercosul isentos de tarifas quatro anos após a conclusão do acordo. O bloco pedia oito anos, para manter protegidos alguns de seus setores.

O Itamaraty preferiu não revelar quais seriam esses produtos que estariam bloqueando as negociações. O governo apontou que pedidos do Mercosul em relação ao acesso a mercados também não foram atendidos plenamente. O bloco exporta essencialmente produtos agrícolas para Israel.

Os representantes de Tel-Aviv não disfarçaram a decepção. Os israelenses sabem que, com a Venezuela no Mercosul, tudo indica que o processo será politizado. Caracas tem se aproximado do Irã e não perde ocasião para criticar Tel-Aviv.

Israel queria usar até mesmo a data para dar sua mensagem. Se fechado ontem, o acordo ocorreria exatamente no 60º aniversário da votação na Assembléia-Geral da ONU

que, em 1947, criou o Estado de Israel. Ontem, a missão israelense em Genebra chegou a escrever um comunicado anunciando o acordo, caso o entendimento de fato fosse concluído hoje.

Mas, como o Estado antecipou, a delegação brasileira mantinha uma posição de cautela. Em termos comerciais, o acordo tinha pouca relevância, já que o fluxo de bens entre Mercosul e Israel é de pouco mais de US\$ 700 milhões.

Politicamente, porém, o entendimento teria um impacto importante, tanto dentro do Mercosul quanto nas relações com o Oriente Médio.

**Muy amigos...** – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 30/11/2007

### **Tensões diplomáticas e conflitos internos se alastram pela América do Sul e requerem mudança de atitude do Brasil**

SERIA EXAGERO afirmar que a América do Sul vive uma situação de crise política generalizada, mas é inegável reconhecer que emergem sinais preocupantes de todos os pontos do subcontinente.

A troca de agressões verbais entre os presidentes Hugo Chávez, da Venezuela, e Álvaro Uribe, da Colômbia, é apenas o mais recente numa série de lances adversos. A animosidade em alta testa a capacidade do Brasil de exercer a liderança regional acalentada por sua diplomacia.

Além do novo entrevero entre Chávez e Uribe, continuam às turras o presidente argentino, Néstor Kirchner, e seu homólogo uruguaio, Tabaré Vázquez. O motivo da disputa é a instalação de fábricas de celulose na porção do rio Uruguai pertencente ao país vizinho, que Buenos Aires rejeita a pretexto do impacto ambiental em seu território. Em grau bem mais civilizado, o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva nutre desentendimentos com o colega paraguaio, Nicanor Duarte, por conta de desacordos acerca de Itaipu.

As dificuldades não estão restritas a disputas de egos. Há também situações de risco político concreto, como a da Bolívia, que flerta com a secessão. Na Venezuela, a escalada autoritária do chavismo eleva os riscos de um desfecho violento.

Acrescentem-se a tudo isso disputas de fronteira às vezes centenárias entre países num contexto em que a Venezuela amplia seus gastos militares e anuncia um projeto de construção de usinas nucleares. Caracas tem questões fronteiriças não resolvidas com a Colômbia e com a Guiana.

Há outra fonte potencial de instabilidade comum a vários países. Chávez e seu aliado Evo Morales, da Bolívia, não são os únicos a planejar alterações constitucionais que

lhes permitam estender o período de mando. Partidários de Uribe, na Colômbia, e vozes por ora isoladas do lulismo, no Brasil, também acalentam esse projeto.

Habilidade para lidar com cenários multiconflituosos é atributo básico de uma potência regional. Na América do Sul, apenas o Brasil -por suas dimensões econômicas, demográficas e territoriais- tem condições de exercer esse papel. Não se trata, é claro, de impor soluções e pontos de vista, mas de promover o diálogo e atuar para reduzir danos. É incrível, por exemplo, que, convidado a mediar a crise entre argentinos e uruguaios, o presidente Lula tenha preferido omitir-se. Espantosa, também, foi sua manifestação a favor do terceiro mandato de Chávez a poucos dias de os venezuelanos decidirem o tema nas urnas.

Liderança não vem por gravidade. Um desenvolvimento regional harmônico exige um Brasil mais atuante, que não tome partido, mas aja para facilitar soluções. E é bom agir depressa.

#### **Cassel participa de Encontro do Mercosul – Sítio Eletrônico do MDA – 30/11/2007**

A experiência singular e exitosa da Reunião Especializada em Agricultura Familiar (REAF) Mercosul foi apresentada pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, na manhã desta sexta-feira (30), durante o 1º Encontro de Cidades Integradas do Mercosul, realizado em Santa Maria (RS). Em sua palestra, As Experiências da Agricultura Familiar no Mercosul, Cassel destacou o trabalho realizado pela REAF desde a sua criação, em 2003. “Através de um diálogo construído ao longo destes anos, em que aprendemos com as experiências uns dos outros, temos encontrado respostas na REAF para o fortalecimento da agricultura familiar no Mercosul”, salientou Cassel.

O ministro ressaltou que a REAF é o fórum oficial do bloco econômico onde se reúnem os governos dos países para tratar de questões ligadas ao campo com a participação da sociedade civil e dos movimentos sociais. Ele citou a importância econômica que a agricultura familiar hoje representa. No Brasil, este segmento é responsável por 70% de todos os empregos gerados no campo; no Mercosul, responde por 40% dos empregos rurais. O setor, tanto no Brasil quanto no bloco econômico, responde por 10% do Produto Interno Bruto (PIB). São 16 milhões de pessoas no Brasil e 28 milhões no Mercosul. Sessenta e cinco por cento de todo o alimento consumido, no campo e na cidade, vem da agricultura familiar, tanto no País quanto no Mercosul. Isto garante, conforme Cassel, segurança e soberania alimentar.

A troca de experiências entre os países, no âmbito da REAF, já trouxe outros importantes resultados, como a criação, na Argentina, de uma secretaria dentro do governo voltada à agricultura familiar, experiência que deve ocorrer também no Uruguai. Já o Paraguai está criando um seguro agrícola, a exemplo do Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), uma ação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que garante renda aos produtores atingidos por intempéries climáticas, e do Programa de Garantia de Preços

(PGPAF), igualmente um programa do MDA que garante segurança de preços aos produtores rurais.

Entre as conquistas apresentadas pelo ministro está a orientação, por parte do Grupo Mercado Comum (GMC), instância que coordena os trabalhos do Mercosul, para que os países membros do bloco voltem seus investimentos para a criação e fortalecimento de políticas públicas voltadas à agricultura familiar.

“Estabelecemos um conceito do que é a agricultura familiar no Mercosul e os governos agora estão reconhecendo as pessoas que vivem e trabalham no campo não mais apenas como agricultores, e sim, como agricultores familiares. Hoje existe uma caracterização do que é a agricultura familiar”, disse o ministro.

### **O que é o REAF**

A criação da REAF é resultado de uma proposta do governo brasileiro e foi aprovada em junho de 2004 pelo Grupo Mercado Comum (GMC). A iniciativa de implantar a REAF deve-se ao sucesso obtido no Brasil pelas políticas públicas de crédito, assistência técnica, produção e comercialização.

A REAF reúne-se oficialmente duas vezes ao ano e possui grupos temáticos, que discutem a facilitação do comércio, acesso à terra, questões de gênero, juventude rural e seguro agrícola. O objetivo é implementar uma política regional voltada ao fortalecimento da agricultura familiar no âmbito do Mercosul.

Coordenador  
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa  
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária  
Diva de Faria

**oppa** Observatório de Políticas  
Públicas para a Agricultura

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio

